

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Daniela Filipa Fernandes Coelho

Literacia Financeira e a sua Influência no Consumo das Famílias: Estudo para Países da União Europeia no século XXI

Dissertação de Mestrado
em Economia Monetária, Bancária e Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Maria João Cabral Almeida Ribeiro
Thompson**

e do

Professor Doutor Pedro Albuquerque Jerónimo do Rosário Dias

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

A entrega desta dissertação finaliza uma longa e atribulada etapa, nem sempre foi fácil continuar, e menos fácil ainda terminar este ciclo. Mas para fechá-lo sinto que devo partilhar a gratidão que tenho pelo contributo e carinho de pessoas muito importantes, e a elas lhes dedico de seguida, de uma forma demasiado breve para a importância que tiveram, umas palavras.

Em primeiro lugar, tenho que agradecer aos meus pais. Pelo colo de sempre. Pelo orgulho em mim demonstrado, por acreditarem em mim mesmo quando suportam as minhas quedas. E pelo exemplo diário de como ser uma pessoa melhor.

Aos meus irmãos, Marta e Hugo, agradeço por estarem sempre do meu lado. Pela paciência comigo, por serem confiança e segurança em tempos difíceis. Por serem calma no tumulto, por me desafiarem e pela partilha e amor de sempre.

À Inês agradeço pela reciprocidade. Por trazer-me foco quando tantas vezes precisei. Por perceber-me e perceber as minhas frustrações. Pelo apoio, pela troca e pela empatia. Pela felicidade demonstrada nos meus sucessos. Obrigada, por tudo, amiga.

À Catarina agradeço por mesmo quando longe ter estado perto. Por sempre se fazer sentir presente com uma palavra amiga e de conforto. Pelo abraço e amizade, pela alegria contagiante e por ser exemplo de coragem. Obrigada por ajudares-me, sempre, a sonhar alto.

À Carolina, à Paula, à Cristiana, à Rita, ao Joel e à Alexandra obrigada por estarem do meu lado neste caminho, pelo incentivo e pelas provas de amizade constante. Aos amigos da licenciatura e do mestrado, obrigada pelo caminho partilhado. Todos me ajudam a querer, fazer e ser mais.

À minha orientadora, Professora Maria João Cabral Almeida Ribeiro Thompson, agradeço pela parceria, paciência e compreensão. Pelas palavras de encorajamento quando elas faziam falta. Pelo conhecimento que partilhou e pelo esforço que impulsionou esta dissertação. Obrigada.

Ao Professor Pedro Dias tenho que agradecer por tão prontamente e de boa vontade se disponibilizar a ajudar. Obrigada, pela contribuição fundamental e incansável para melhorar e finalizar esta dissertação.

Por fim, obrigada a todos que se cruzaram na minha vida. Familiares e Amigos. Pelos que estão e pelos que virão. Que todos possamos idealizar e concretizar objetivos que nos ajudem a ser seres humanos melhores.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Literacia Financeira e a sua Influência no Consumo das Famílias: Estudo para Países da União Europeia no século XXI

Resumo

No rescaldo da crise financeira e com a crescente oferta e complexidade de serviços financeiros, os indivíduos vêm-se no papel de tomar decisões financeiras que requerem níveis crescentes de conhecimento e sofisticação financeira. A literacia financeira nunca antes teve tanta importância, tendo-se tornado objeto de muitas pesquisas académicas, bem como objetivo de políticas públicas.

Uma adequada gestão das finanças pessoais das famílias origina benefícios diretos no bem-estar individual e nacional. Adicionalmente, uma escolha criteriosa e pensada na aquisição de produtos financeiros contribui também para uma desejável estabilidade do sistema financeiro. Dito isto, com a progressiva sofisticação financeira aliada às constantes alterações comportamentais das famílias, revela-se essencial munir os indivíduos de conhecimentos e capacidades financeiras, que lhes possibilitem decidir financeiramente de uma forma correta, para que assim acumulem riqueza e alcancem o bem-estar pretendido.

Com o objetivo de aferir como o nível de literacia financeira das famílias afeta o seu comportamento de consumo, nesta dissertação estimamos alguns modelos econométricos para um conjunto de 22 países, membros da União Europeia a esta data, relativos apenas ao ano de 2014. Pretende-se também analisar como a literacia financeira influencia diversos tipos de consumo das famílias.

Os resultados obtidos sugerem que a literacia financeira tem um papel predominante na definição de padrões de comportamento dos consumidores, visto ser uma variável com significância individual em 5 de 8 regressões com significância global, relativas estas a diferentes proporções de despesas de consumo das famílias. Concluimos ainda que a literacia financeira influencia a composição do cabaz de consumo das famílias, dado que consumidores mais esclarecidos rearranjam as proporções do seu cabaz, de acordo com as circunstâncias.

Palavras Chave: Literacia Financeira; Consumo; Inflação; Desemprego; Taxa de juro; PIB.

Abstract

In the aftermath of the financial crisis and with the growing supply and complexity of financial services, individuals find themselves in the role of making financial decisions that require increasing levels of financial knowledge and sophistication. Financial literacy has never before been so important, having become the subject of much academic research, as well as the objective of public policies.

Adequate management of households' personal finances leads to direct individual benefits and national well-being. In addition, a careful and thoughtful choice in the acquisition of financial products also contributes to a desirable stability of the financial system. That said, with the progressive financial sophistication coupled with the constant behavioral changes of families, it is essential to provide individuals with financial knowledge and skills which enable them to decide financially correctly, so that they can accumulate wealth and achieve well-being.

In order to assess how the level of financial literacy of families affects them in their consumption behavior, in this dissertation we estimate some econometric models for a group of 22 countries, members of the European Union on this date, relating only to the year 2014. We also analyze how financial literacy influences different types of household consumption.

The results obtained suggest that financial literacy has a predominant role in defining patterns of consumer behavior, since it is a variable with individual significance in 5 of 8 regressions with global significance, relative to different proportions of household consumption expenditures. We also find that financial literacy influences the composition of the household consumption basket, given that more enlightened consumers rearrange the proportions of their basket, according to the circumstances.

Keywords: Financial Literacy; Consumption; Inflation; Unemployment; Interest rate; GDP.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Tabelas.....	ix
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	x
1.Introdução.....	1
2.Revisão Bibliográfica.....	4
2.1.CONCEITO DE LITERACIA FINANCEIRA.....	4
2.2.CONCEITOS RELACIONADOS COM A LITERACIA FINANCEIRA.....	15
2.3.A IMPORTÂNCIA DA LITERACIA FINANCEIRA.....	19
2.4.A LITERACIA FINANCEIRA VISTA PELOS DIFERENTES PAÍSES.....	24
2.5.COMO A LITERACIA FINANCEIRA É MEDIDA.....	38
2.6.O CONSUMO E A LITERACIA FINANCEIRA.....	46
3.Dados e Metodologia.....	50
3.1.OBJETIVOS DA ANÁLISE.....	50
3.2.DADOS E PERÍODO DE TEMPO.....	51
3.2.1.DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS DOS MODELOS.....	53
3.2.2.EFEITO E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	57
3.3.MODELO ECONOMÉTRICO.....	60
4.Análises e Resultados.....	61
4.1.ANÁLISE DOS DADOS DA AMOSTRA.....	61
4.1.1.ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	61
4.1.2.CORRELAÇÃO LINEAR ENTRE AS VARIÁVEIS.....	65
4.2.DISSCUSSÃO DE RESULTADOS.....	66
4.2.1.QUALIDADE DAS ESTIMATIVAS.....	66
4.2.2.ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	67
4.2.3.EFEITO DA LITERACIA FINANCEIRA NO CONSUMO DAS FAMÍLIAS.....	74
5.Conclusões.....	75
Bibliografia.....	77
Anexos.....	82

Índice de Figuras

Figura 1. Variações Globais de Literacia Financeira; Fonte: S&P Global FinLit Survey	32
Figura 2. Comparação Internacional do Indicador Global de Literacia Financeira; Fonte: INFE/OCDE.	38
Figura 3. Média das proporções das despesas de consumo das famílias por grupo de bens e serviços (Unidade: %); Fonte: Elaboração Própria, STATA.....	62
Figura 4. Efeito da literacia financeira no rearranjo das despesas de consumo das famílias; Fonte: Elaboração própria.	74

Índice de Tabelas

Tabela 1: Desenvolvimento de estratégias nacionais de literacia financeira	29
Tabela 2: Diagnóstico de prioridades e divulgação de estratégias.....	30
Tabela 3: Identificação e fonte das variáveis constituintes dos modelos econométricos	52
Tabela 4: Sinal Esperado das Variáveis Explicativas.....	60
Tabela 5: Estatística Descritiva das Variáveis dos Modelos Econométricos (Unidade:%, exceto PIB per capita: \$ americanos	64
Tabela 6: Matriz de correlação entre as variáveis explicativas	65
Tabela 7: Resultados dos modelos de regressão linear múltipla.....	66
Tabela 8: Modelos de Regressão.....	68
Tabela 9: Proporções da despesa de consumo das famílias explicadas e por explicar pelos modelos de regressão estimados.....	73

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANZ	<i>Australia and New Zealand Banking Group Limited</i>
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNSF	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros
EUA	Estados Unidos da América
FSA	<i>Financial Services Authority</i>
GFLEC	<i>Global Financial Literacy Excellence Center</i>
INFE	<i>International Network of Financial Education</i>
IPC	Índice de Preços no Consumidor
ISFL	Instituições sem fins lucrativos
MMQ	Método dos Mínimos Quadrados
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PACFL	<i>President's Advisory Council on Financial Literacy</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PNFF	Plano Nacional de Formação Financeira
S&P	<i>Standard & Poors</i>
UE	União Europeia
WDI	<i>World Development Indicators</i>

1. Introdução

Já é extensa a bibliografia académica, sobretudo internacional, do tema que aborda a literacia financeira. É importante então diversificar o estudo da mesma aplicando-a a variáveis mais específicas de modo a ser conseguido que a mesma possibilite uma maior compreensão do mercado económico e financeiro. Cada vez mais é reconhecida a nível internacional a importância da literacia financeira, dado ser vista também como fundamental na promoção de uma gestão adequada do orçamento familiar, do planeamento das finanças pessoais a médio e longo prazo, além da escolha criteriosa de produtos financeiros.

Relevante se torna explicar o que é a literacia financeira, e a verdade é que ainda não existe uma definição que reúna consenso, diversos autores e organizações têm trabalhado nesta área da literacia e introduzem, portanto, cada um uma definição, mais ou menos específica, mas que no entanto não diferem muito da base da questão. Então, de modo introdutório partilhamos aqui uma definição das mais antigas e flexíveis que existem, usada por Schagen e Lines (1996), e por um número considerável de autores, que diz que “a literacia financeira é a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões concretas tendo em vista a gestão do dinheiro”, sendo uma definição centrada na habilidade do consumidor e focada no julgamento e decisão do mesmo. Mais recentes definições adicionam o conhecimento de conceitos chave financeiros à já referida habilidade do consumidor na aplicação dos seus recursos, como a definição de Remund (2010).

Para além do conceito, como a literacia é medida é dos temas que mais se abordada na literatura, visto que o nível de literacia financeira da população é importante para que se identifiquem necessidades e lacunas da população. Também são várias as formas utilizadas para se estimar o nível de literacia financeira, e são também inúmeras as avaliações de iliteracia financeira que se encontram, infortunadamente, e daí se torna amplo o espaço aberto para que se melhore o acesso e a informação financeira exposta para os cidadãos. Os estudos do tema indicam-nos também que para medir a literacia financeira são utilizados quer métodos de avaliação de desempenho (baseados em conhecimento), quer métodos de auto relato (conhecimento percebido), como Huston (2010) relata. A literacia financeira muitas vezes tem sido medida usando (como base ou totalmente) as três questões sobre a composição de taxas de juro, inflação e diversificação do risco, originalmente formuladas por Lusardi e Mitchell (2006), importa então perceber se esse é o caminho a ser usado no nosso estudo ou se mais e melhores métodos serão encontrados na literatura referente ao tema.

Para que os consumidores sejam considerados financeiramente letrados devem demonstrar ter capacidade e conhecimento financeiro que os permita tomar decisões dentro do mercado financeiro, independentemente de quais as suas características particulares. No entanto também nos iremos debruçar sobre esses mesmo perfil dos consumidores mais ou menos financeiramente letrados, isto porque mesmo quando financeiramente letrados existem particularidades como a impulsividade, influências comportamentais, preferências não comuns, circunstâncias externas e sobretudo fatores sociodemográficos, que podem contribuir para que decisões financeiras menos corretas sejam tomadas.

No conceito de literacia financeira não são triviais os estudos que associam conceitos semelhantes, mas mesmo assim distintos no estudo do tema. Outro problema encontrado com regularidade prende-se ao facto da maioria dos estudos envolverem dados de um único país ou de usarem diferentes instrumentos de pesquisa relacionados com a literacia financeira, fazendo falta pesquisas transnacionais e uma forma de medição aceite e usada generalizadamente, para que se consigam tirar ilações, não apenas a nível local, como a nível internacional, permitindo uma melhor e mais fidedigna partilha de experiências que permitam alcançar o tão pretendido bem-estar coletivo, desse modo tentaremos levar o nosso estudo além das nossas fronteiras nacionais.

Atualmente muitas são as pessoas que lutam para cumprirem com pagamentos resultantes de más decisões financeiras por fazerem hipotecas e altos créditos que não poderiam pagar, sobre termos e condições que não compreendiam, originando uma situação de tensão desnecessária que não existiria ou diminuiria se a literacia financeira fosse tida em conta na formulação de políticas. Sendo assim a literacia tem um papel importante no apoio a decisões do quotidiano – como no consumo de curto prazo das famílias – assim como no apoio a decisões financeiras mais complexas – como contração de créditos de longo prazo para habitação. Daí o conceito e aplicação da literacia financeira vai mais longe do que conhecimento de matérias financeiras, dado que afeta o comportamento e atitudes dos cidadãos no momento em que estes tomam decisões para o seu bem-estar.

Aqueles que estudam a literacia financeira, como Perry (2008), geralmente concordam que muitos, se não a maioria, dos consumidores não tem um nível de literacia financeira necessária para tomar decisões financeiras importantes para os seus próprios e melhores interesses. Como o consumo equivale à maior fatia do Produto Interno Bruto (PIB) de um país, e sendo visto como ponto base de uma economia, de forma também a perceber se na ansiedade de adquirir um determinado bem ou serviço, as famílias medem as consequências que essa decisão terá nas suas finanças, nesta dissertação é pretendido conseguir avaliar a influência que a literacia financeira exerce sobre o consumo das famílias,

sendo essa análise alargada ainda por nós aos vários tipos de consumo das mesmas, que vão de curta a longa duração e divididos pelo objetivo da despesa em consumo, numa análise a ser efetuada para os países da União Europeia, no ano de 2014, isto é, uma dissertação que recairá no estudo do impacto do tema já descrito, nestes países no século XXI.

A dissertação irá desenrolar-se por diferentes capítulos. Neste primeiro capítulo, introduz-se o tema da investigação, assim como é realçada a pertinência do mesmo. O capítulo seguinte pretende destacar os principais contributos teóricos e empíricos encontrados, este capítulo 2 divide-se em 6 subcapítulos que abordarão o conceito da literacia financeira; os conceitos relacionados com a mesma; a importância reconhecida à literacia financeira por diversos estudos, organizações e autores; como a literacia financeira é vista em diversos países; assim como a mesma é medida; e por fim, qual a relação entre o consumo e a literacia financeira. No capítulo 3, apresenta-se os dados e a metodologia, realçando os objetivos da análise, os dados e período de tempo da amostra a utilizar nos modelos de regressão linear, que terão vários tipos de consumo como variável dependente, e onde também se definem e caracterizam as variáveis (dependentes e explicativas). Ainda neste 3º capítulo fazemos uma breve introdução e descrição do modelo econométrico a seguir no capítulo seguinte. No capítulo 4 é exposto todo o estudo empírico levado a cabo para responder à questão proposta pela nossa investigação, onde descrevemos a análise e a discussão dos resultados; começamos pela estatística descritiva das variáveis, assim como as correlações entre as variáveis explicativas dos modelos, e terminamos na averiguação da qualidade das estimativas e numa análise detalhada dos resultados. Por fim, no capítulo 5 são expostas as conclusões percebidas e ainda sugestões que achamos pertinentes para estudos futuros. A dissertação culmina com a identificação da bibliografia que serviu de suporte a toda a sua elaboração.

2.Revisão Bibliográfica

2.1.CONCEITO DE LITERACIA FINANCEIRA

Previamente a debater-se qualquer assunto ou tema, importante é que se clarifique o conceito do que se irá abordar, isto é, antes de opinar e dissertar sobre algo, temos de perceber se conhecemos o que estamos a defender, dito isto, nada melhor para introduzir esta dissertação do que dar conta da conceptualização do assunto principal da mesma, sendo ele a literacia financeira. Como se percebe o seu conceito, assume-se como “composto”, e antes de apresentarmos as diferentes definições encontradas de literacia financeira, trataremos primeiro de clarificar o termo literacia, por si só.

A definição padrão de Literacia desenvolvida pelo Comité de Definição de Literacia e usada pela National Adult Literacy Survey é a seguinte “usar informações impressas e escritas para funcionar na sociedade, para atingir os objetivos e para desenvolver o conhecimento e potencial de cada um” (Kirsch et al. 2001). Posteriormente a ideia de literacia foi alargada para o estudo de um conjunto de outras habilidades específicas, tais como, a literacia informática analisada em Wecker, Kohnle e Fischer (2007), e a literacia estatística medida por Callingham e Watson (2005). Cada tipo de literacia mede o quão bem um indivíduo pode entender e usar determinada informação.

Antes de passarmos à exposição dos conceitos mais relevantes encontrados, importa talvez mencionar a diferença entre uma definição concetual e uma definição operacional. Sendo que, segundo exposto por Remund, (2010), definições concetuais são aquelas que transformam em termos concretos conceitos abstratos, e as definições operacionais são as que transformam os termos concretos para modos mensuráveis. Iremos ao longo deste capítulo perceber o quão importante é que se caracterize a literacia financeira de modo concetual e operacional.

Dito isto, passa a ser importante agora concetualizar o tema chave da dissertação, a literacia financeira. E, pode começar por dizer-se que ainda nos dias de hoje não existe uma definição clara e universalmente aceite, pois como em muitas outras áreas, as instituições e os investigadores envolvidos definem literacia financeira das suas próprias e variadas formas. Mesmo que ‘caminhem’ para o mesmo, seria importante que se chegasse a um conceito consensual para que os diversos estudos que envolvem o tema tivessem um mesmo ponto comum, uma linha de pensamento uniforme, num tema que por si só já consegue ser subjetivo e diversificado. Para a medição e futuras conclusões, definir literacia financeira é um pré requisito, e desse modo e após revista a literatura correspondente ao tema, seguimos com uma linha cronológica de conceitos que consideramos relevantes expor.

A primeira definição encontrada de literacia financeira remete ao ano de 1980, por Graham's, que mais tarde foi replicada no estudo de Danes e Haberman (2007), sendo a mesma descrita como “a capacidade de interpretar, comunicar, computar, desenvolver julgamento independente, e tomar ações resultantes desses processos, a fim de prosperar no nosso complexo mundo financeiro”. Noctor, Stoney e Stradling (1992) ofereceram a seguinte definição: “a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões efetivas sobre o uso e gestão do dinheiro”. Esta definição é, apenas, focada na aptidão e habilidade dos consumidores, conferindo-lhe uma flexibilidade que a faz ser usada nos trabalhos de ANZ Bank (2008), Beal e Delpachitra (2003), Schagen and Lines (1996) e Worthington (2006).

Outro conceito centrado apenas na aptidão/habilidade dos cidadãos é o de Vitt et al. (2000), sendo que definem a literacia financeira como “a capacidade de ler, analisar, gerir e comunicar problemas financeiros pessoais que afetam o bem-estar material dos cidadãos.” Nisso inclui a habilidade para discernir sobre as variadas opções financeiras, discutir assuntos financeiros sem sentir qualquer desconforto, planejar o futuro em termos financeiros e ainda responder competentemente a eventos da vida que afetem decisões financeiras quotidianas.

Uma definição que centra a literacia financeira “no conhecimento” é a de Kim (2001), que defende que “a literacia financeira é um conhecimento básico que as pessoas necessitam para sobreviver na sociedade moderna”. Já Hilgert, Hogarth e Beverly (2003) reconhecem a literacia financeira como conhecimento financeiro, explorando as autoras a ligação entre esse conhecimento e o comportamento financeiro, nomeadamente quatro atividades de gestão financeira – a gestão corrente, a gestão do crédito, a poupança e o investimento. O conceito de literacia financeira não deveria, no nosso ponto de vista, ser meramente entendido como a posse de conhecimento financeiro, pressupomos ir mais além do que esse ponto de vista, compreendendo que desse conhecimento se consigam desmembrar capacidades e habilidades de tomar decisões o mais consciente possível, e mesmo as autoras vão no seu estudo mais além do que apenas o conhecimento financeiro, envolvendo a literacia financeira também com comportamentos subjacentes a esse conhecimento.

Para Moore (2003), “ os indivíduos são considerados financeiramente letrados se forem competentes e conseguirem demonstrar que usaram o conhecimento que aprenderam. (...) Literacia é obtida através de experiência prática e uma ativa integração de conhecimento.” Esta perspetiva da literacia financeira vai ao encontro do que mencionamos no parágrafo anterior, que a literacia financeira vai além do conhecimento financeiro, que se traduzirá melhor na aptidão e na competência para utilizar esses conhecimentos de áreas financeiras, isto é, um indivíduo será mais competente quanto mais

financeiramente letrado for, pois tenderá a tornar-se mais financeiramente sofisticado, sendo encontrada esta visão também em Moore (2003). Tal visão difere da de Courchane e Zorn (2005), que apenas se foca, no “conhecimento do consumidor, definido como conhecimento financeiro autoavaliado ou conhecimento objetivo.”

A definição dada por Emmons (2005) recai sobre comportamentos que pessoas financeiramente letradas devem exercer, pois define-as como capazes de controlar e equilibrar rendimentos e pagamentos, conhecedoras de como se abrir uma conta bancária e pedir um empréstimo, assim como sabedoras do básico sobre seguros de vida e de saúde, aptas para comparar diferentes ofertas concorrentes e por fim capazes de planear futuras necessidades financeiras.

De modo a avaliar a literacia financeira de estudantes universitários nos Estados Unidos da América (EUA), Mandell (2008) define a literacia financeira como a capacidade de avaliar, novos e complexos, instrumentos financeiros e tomar decisões instruídas, tanto na seleção desses instrumentos, como na utilização dos mesmos, com o intuito de obter melhores resultados no longo prazo.

Uma definição que inclui para além do conhecimento e da habilidade, um resultado pretendido – como o bem-estar e segurança financeira ao longo da vida –, na conceitualização de literacia financeira é a de Coalition (2007), onde literacia financeira se traduz na aptidão de utilizar conhecimentos e competências para gerir recursos financeiros eficazmente para a obtenção de uma segurança financeira para a vida.

Lusardi e Mitchell (2007) subentendem literacia financeira com a familiarização de conceitos básicos de economia e sobre finanças, de modo a que se consiga decidir bem, quer a nível da poupança quer a nível de investimento. Lusardi e Tufano (2009) também associam a literacia financeira a outras componentes económicas, nomeadamente ao crédito, expondo-a como a capacidade para tomar decisões simples relativas ao crédito, assim como possuir conhecimentos mínimos sobre juros, que sejam pertinentes nas finanças do dia a dia. Estas duas conceitualizações poderão ser vistas como um pouco “limitadas”, sendo que uma se concentra em conhecimentos básicos de finanças e economia, e a outra centra-se numa literacia voltada para o crédito, sendo assim elas poderiam ser encaradas como parte do conceito, mas não o todo.

Servon e Kaestner (2008) englobam na literacia financeira o conhecimento e a aptidão, conceitualizando-a como a habilidade para compreender e usar conceitos financeiros. ANZ Bank (2008)

já a define como a competência para fazer julgamentos informados decidindo eficazmente no que concerne ao uso e à gestão do dinheiro.

Lusardi (2008), uma das mais prestigiadas e mais referenciadas investigadoras no estudo da literacia financeira, define a última como “o conhecimento de conceitos financeiros básicos, tais como o funcionamento dos juros compostos, a diferença entre valores nominais e valores reais, e o básico sobre a diversificação do risco.” Esta definição, bastante utilizada pela autora, é também usada diversas vezes, como se poderá observar em capítulos posteriores, como forma para medir a literacia em certos estudos.

Outra definição bastante referenciada foi a fornecida pelo *President's Advisory Council on Financial Literacy* - PACFL, (2008), e apesar de não saberem qual a amplitude da aceitação dessa definição várias pesquisas verificaram que a mesma é uma das mais “consensuais”. Esse conselho foi convocado para se “melhorar a literacia financeira de todos os americanos”, de onde se retira a importância já dada ao tema, em 2008 pelos EUA. No relatório do PACFL a definição que concerne à literacia financeira é a que se segue: Literacia financeira traduz-se na aptidão de usar conhecimentos económicos e financeiros básicos, bem como na habilidade de usar os mesmos para gerir eficazmente recursos financeiros com o fim de criar um bem-estar financeiro ao longo da vida. Como é percebido, esta definição vai ao encontro da definição também fornecida nos EUA pela Coalition (2007).

Uma das coisas que Hung, Parker e Yoong (2009) notaram na sua pesquisa consistiu no facto da literacia financeira ter sido explicada de formas variadas, definindo a mesma como:

- a. Uma forma de conhecimento específico;
- b. Uma ferramenta ou habilidade para aplicar esse conhecimento;
- c. Um conhecimento percebido;
- d. Um bom comportamento financeiro;
- e. Uma experiência financeira.

Estes autores, ainda destacaram que vários estudos não concetualizavam a literacia financeira, e em alguns desses mesmos estudos seria apenas possível inferir-se uma noção pelo que estava fornecido no texto.

¹ “Criado pelo Presidente dos Estados Unidos, em Janeiro de 2008 e extinto em Janeiro de 2010, composto por 16 membros, pertencendo estes a diversas organizações, com e sem fins lucrativos. O PACFL tinha como objetivo incrementar a literacia financeira da população americana.” PACFL (2008).

Da sua análise a 71 estudos, Huston (2010), conclui que a maioria deles (72%) não continham uma definição de literacia financeira, facto que do nosso ponto de vista poderá soar alarmante, pressupondo já uma importância que a literacia financeira tem no nosso dia a dia, pressuposto este que requererá atenção mais para a frente. Como poderá ser visto nesse estudo de Huston (2010) a literacia financeira poderia ser concetualizada pressupondo duas dimensões, uma de compreensão (conhecimento de finanças pessoais) e uma de uso (aplicação das finanças pessoais) definida também desta forma em Huston (2009). A mesma segue a sua própria estrutura concetual de literacia financeira em 2010, defendendo que a literacia financeira pode ser definida como a quantificação de quão bem um indivíduo pode compreender e usar informações relacionadas com as suas finanças pessoais.

Ainda a mesma, pressupõe, e nos faz lembrar, numa linha de pensamento de concetualização operacional, que existem quatro áreas em que se divide a literacia financeira, sendo elas:

1. Conceitos básicos de finanças pessoais;
2. Crédito;
3. Poupança e investimento;
4. Proteção de recursos.

De forma semelhante, também Remund (2010) verifica que as definições operacionais de literacia financeira mais usuais podem ser enquadradas também em quatro categorias:

1. Elaboração e gestão de um orçamento familiar;
2. Poupança;
3. Crédito;
4. Investimento.

Remund (2010) afirma que a literacia financeira “mede o grau a que se entendem os principais conceitos financeiros (conhecimento) e o grau em que se possui confiança para gerir as finanças pessoais ao tomar decisões apropriadas no curto prazo, e fazer um planeamento financeiro sólido no longo prazo, tendo sempre em conta eventos quotidianos e possíveis mudanças das condições económicas”.

No relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa referente a 2010, o conceito de literacia financeira é definido “como o conjunto de atitudes relevantes para a tomada de decisões financeiras (como seja a importância atribuída ao planeamento do orçamento familiar), comportamentos (que incluem o controlo do saldo da conta e os critérios para a escolha de produtos bancários) e conhecimentos (nomeadamente, identificação de fontes de informação e compreensão de

conceitos financeiros básicos).” Sendo essas as três componentes inerentes ao conceito da literacia financeira a que o relatório faz visar: conhecimentos, atitudes e comportamentos. [Banco de Portugal (2011b).]

O conceito que Nogueira (2011) adota no seu estudo é o da literacia financeira ser encarada como “uma medida do nível de conhecimento financeiro, que se repercute no comportamento financeiro o qual visa o bem-estar financeiro, consciente das adversidades que poderão alterar as condições económicas.”

Atkinson e Messy (2011), e com base num conceito de educação financeira dada pela OCDE em 2005, definem a literacia financeira como “uma combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, em última instância, alcançar o bem-estar financeiro do indivíduo”.

Sayinzoga, Bulte, e Lensink (2016), num estudo em Ruanda definem literacia financeira como “consciência, habilidades e conhecimento dos consumidores que lhes permita tomar decisões informadas e efetivas sobre seus recursos financeiros”. Outro facto que apontam no seu estudo é o de que apesar do crescimento de literatura que se centra na medição da literacia financeira, poucos são os estudos que abordam rigorosamente o seu impacto no comportamento económico nos países em desenvolvimento.

Expostos os conceitos de literacia financeira destacados na revisão de literatura, percebemos que a linha que seguem pode seguir alcances opostos, sendo que há quem a defina como um simples conhecimento e há quem a destaque como fundamental para planear um bom futuro a nível económico a longo prazo. No nosso trabalho, decidimos que a concetualização que melhor caberia à literacia financeira se encaixa entre a definição de PACFL (2008) e a de Atkinson e Messy (2011), visto que ambas nos parecem as mais completas, pois englobam uma aptidão para com o conhecimento financeiro, produzir um comportamento subsequente com vista a um bem-estar financeiro a longo prazo. Isto é, reúnem no seu conceito um julgamento, uma decisão e uma ação, tomada para a obtenção de um resultado pretendido.

Também Moore (2003) corrobora o nosso pensamento, pois no seu trabalho defende que a literacia financeira não pode nem deveria ser determinada somente por medidas simples e isoladas de conhecimentos, experiências e comportamentos financeiros, pois os três encontram-se relacionados.

Também se encontram três componentes comuns nas definições de literacia financeira no trabalho de Nogueira (2011), destacadas por ele próprio, mesmo por não existir um parecer universalmente aceite: “nos conceitos apresentados, a literacia financeira está relacionada com o “conhecimento financeiro”,... outra componente são as “aptidões ou capacidades financeiras” para aplicar o “conhecimento financeiro” quer em situações previsíveis, quer em situações imprevisíveis... a “responsabilidade financeira” é também uma componente comum em algumas das definições, ou seja, as pessoas e as famílias devem conseguir medir o impacto das decisões tomadas, que devem ter como fim melhorar o “bem-estar financeiro”, assim como devem ter confiança para “procurar ajuda” quando algo corre mal.”

Hung, Parker e Yoong (2009) argumentam também no seu artigo, e em linha com o que pensamos, que quer o conhecimento financeiro, as habilidades e o comportamento, quer ainda a relação entre os mesmos, devem ser considerados numa abrangente conceitualização da literacia financeira. Toda a correlação entre as componentes que envolvem a literacia financeira, enumeradas por estes autores, é explicada pelos mesmos da seguinte forma: o conhecimento financeiro real irá refletir-se no conhecimento percebido e influenciará as habilidades financeiras, por sua vez estes últimos irão fazer-se notar num comportamento financeiro. E toda a experiência adquirida pelo comportamento financeiro posto em ação, irá por sua vez reavaliar e aprimorar o conhecimento financeiro, e daí poderemos perceber como todo o conceito de literacia financeira se envolve num processo contínuo de aprendizagem, que sempre também se fará depender de outros fatores internos e externos a este ciclo.

A literacia financeira não assume assim um ciclo tão “repetitivo e regular”, há quem já seja letrado financeiramente e daí desenvolva comportamentos financeiros adequados, mas, e na maior parte das vezes, há quem após ser encorajado a desenvolver qualquer tipo de comportamentos financeiros se torne cada vez mais financeiramente letrado. Tudo isto torna-se importante para o alcance de um resultado positivo a longo prazo na pretensão de um bem-estar financeiro a nível individual e coletivo.

A amplitude que o conceito da literacia financeira enverga, faz-nos agora abordar os fatores que influenciam a literacia financeira, e que encontramos na revisão da literatura que aborda o tema. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE (2005)², a nível internacional

² O livro expõe uma investigação orientada pelo projeto de Educação Financeira, da OCDE, sendo essa realizada em 2003 para responder à crescente importância da educação financeira para os países membros. Direcionada para responder a três problemas financeiros identificados pelas respostas aos

existe um nível de literacia financeira das pessoas e das famílias, num geral, um tanto limitado para o pretendido. Esse mesmo nível de literacia associa-se a variados fatores, maioritariamente sociodemográficos, sendo estes também os mais referenciados na literatura correspondente. Os fatores geralmente expostos e abordados são os seguintes: género, idade, grau de escolaridade, emprego e área da profissão, nível de rendimento, nível cognitivo, grau de riqueza e relação com a poupança e ainda a experiência e conhecimento dos produtos financeiros.

Vários outros investigadores mencionaram nos seus trabalhos várias dessas características que influenciam a literacia financeira dos indivíduos, como, Danes e Haberman (2007) que examinam a influência do género e concluem que os homens tendem a demonstrar níveis superiores de literacia financeira, partilham esta conclusão também os estudos de Lusardi e Tufano (2009) e de Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011), que também aferem acerca da influência da idade defendendo que de um modo geral a literacia financeira aumenta consoante o indivíduo vai envelhecendo. Também o rendimento e a riqueza, respetivamente, estão associados positivamente, por estes investigadores, a um maior nível de literacia financeira.

Santos e Abreu (2013) também no seu estudo que relaciona a literacia financeira com o sobre endividamento, destacam também atenção para as características dos respondentes de onde depois conseguem aferir que a literacia financeira é menor nas mulheres e nos mais jovens, que existe uma relação positiva entre um rendimento e escolaridade maiores com um maior nível de literacia financeira, que indivíduos desempregados ou inativos demonstram possuir menor literacia financeira do que indivíduos empregados ou reformados, sendo que dentro dos empregados aqueles que trabalham por conta própria apresentam também melhores níveis de literacia. Também no que concerne à contração de uma hipoteca, aqueles que contraem uma tendem a tornar-se mais letrados financeiramente do que aqueles sem qualquer hipoteca, já no que diz respeito a enfrentar choques financeiros inesperados, aqueles que no espaço de um ano se exponham a sofrer uma queda considerável no seu rendimento costumam apresentar níveis menores de literacia financeira.

Nicolini, Cude e Chatterjee (2013) selecionaram no seu estudo comparativo de literacia financeira entre quatro países (Canadá, Itália, Reino Unido, EUA) para suas variáveis independentes, e com base em trabalhos anteriores relativos ao tema: o género, a idade, a escolaridade, o encargo de filhos

questionários da OCDE, sendo os mesmos problemas de poupança e investimento para a reforma, problemas em lidar com crédito e dívidas, e por fim, problemas em trazer para o sistema financeiro as pessoas 'unbanked'. (OCDE, 2005)

dependentes, o rendimento, a empregabilidade, o estado civil e a propriedade de casa. Muitas das características sociodemográficas são utilizadas em certos estudos para se avaliar econometricamente a literacia financeira, usando-as como variáveis explicativas que medem o peso exercido pelas mesmas na literacia financeira.

Mandell e Klein (2009), por sua vez, fizeram uma comparação entre o nível de literacia financeira em estudantes de ensino secundário que ingressaram em cursos socioeconómicos com os estudantes das outras áreas, aparentemente os resultados não foram favoráveis a quem tirou cursos económicos. Examinado o impacto em 79 estudantes do ensino secundário americano, diferenciando aqueles que tinham ingressado num curso de gestão financeira pessoal daqueles que entre 1 a 4 anos antes não o tinham feito, os resultados evidenciaram que aqueles com o curso mencionado não demonstravam ser mais financeiramente letrados que os que não o teriam feito, assim como não se demonstravam propícios à poupança e não pareciam desenvolver comportamentos financeiros melhores que os restantes. Esse estudo levanta questões pertinentes sobre a eficácia a longo prazo de cursos económicos para a literacia financeira, nomeadamente no ensino secundário, o que de novo nos faz acreditar que a literacia financeira vai além de conhecimentos transmitidos, e pressupõe ações e comportamentos para pôr em prática esse conhecimento de modo a que um indivíduo se possa tornar mais letrado. Conclui-se deste estudo que, mesmo com um excelente curso de finanças pessoais no ensino secundário, aqueles que o concretizavam não eram necessariamente mais financeiramente letrados do que aqueles que não o realizaram, também não eram mais orientados para a poupança os que ingressaram nesse curso, nem relatavam melhores comportamentos financeiros do que os que não elaboraram essa área de curso. Claro que é necessário destacar que a amostra era relativamente pequena, apenas 79 alunos, e mesmo que tenham sido questionados alunos de três escolas secundárias diferentes, as mesmas possuíam o mesmo sistema de ensino, e argumentos como o de que uma análise com uma amostra muito maior poderia originar resultados diferentes é mais que aceite, e nitidamente uma expansão da amostra seria necessária para que conclusões pudessem ser generalizáveis.

Já antes, Mandell (2008) referia que entre os estudantes do ensino secundário, existia uma fraca relação entre literacia financeira e a poupança, sendo que o nível de poupança dos alunos demonstraria estar estreitamente relacionado com o dos pais, tendência que permite relacionar o hábito de poupança, não só com o nível de literacia financeira, como com o ambiente em que um indivíduo cresce. Importa mencionar a opinião do autor onde afirma que continua a ser importante a aprendizagem da literacia

financeira, uma vez que os estudantes financeiramente letrados costumam demonstrar ser consumidores mais eficientes.

Usando o 2004 *Health and Retirement Study* (HRS) de modo a testar conhecimentos financeiros básicos em adultos com idade superior a 50 anos, do mesmo modo Lusardi e Mitchell (2006), que desenvolveram questões relacionadas com a compreensão da composição dos juros, com os efeitos da inflação e com a diversificação do risco, encontraram uma generalizada iliteracia financeira, que é particularmente grave e acentuada entre os idosos, mulheres e pessoas com educação limitada.

Também, e em Portugal, Nogueira (2011) acaba por confirmar as indicações presentes na revisão da literatura, no que concerne aos fatores sociodemográficos, obtendo o seguinte perfil daqueles que apresentariam maior nível de literacia financeira, sendo esses indivíduos do género masculino, com formação superior, com rendimentos mensais superiores a 1.500 €, com um património financeiro superior a 5.000 €, trabalhador por conta própria ou técnico efetivo ou ainda do quadro superior ou médio, assim como, possuidor de uma poupança para a reforma.

De forma a finalizar este segmento, e fazendo referência de novo a Portugal, nos anos de 2010 e 2015 foram publicados, respetivamente, um Relatório do Inquérito à literacia financeira da população portuguesa, inquéritos esses estruturados de forma a que os resultados permitissem conhecer atitudes, comportamentos e o nível de compreensão de matérias financeiras dos portugueses, fazendo um diagnóstico do grau de literacia financeira da população, onde deste modo se poderão tirar ilações sobre que passos se devam tomar para que os cidadãos tomem as decisões corretas e adequadas às necessidades financeiras, quer individuais quer da sociedade. O inquérito contribui também, indo ao encontro do que agora relacionamos com a conceitualização da literacia financeira, para identificar os grupos populacionais mais significativos que fazem condicionar os níveis de literacia financeira da população, para além de listar as lacunas mais recorrentes dos temas financeiros, avaliando várias dimensões do conceito de literacia, que já anteriormente expusemos. [Banco de Portugal (2011b) e Banco de Portugal (2016)].

Em Banco de Portugal (2011b) encontramos que no ano de 2010, os resultados demonstraram ser globalmente positivos no que dizia respeito à literacia financeira, no entanto o relatório evidenciou que os grupos populacionais com maiores carências de literacia financeira, são aqueles com níveis mais baixos de escolaridade, e com menores rendimentos (valores mensais inferiores a 500 euros), dentro destes o género feminino era predominante. Também a população com mais idade apresentou valores muito abaixo da média (sendo que estes, com mais de 70 anos, eram também os que possuíam menor

escolaridade ou mesmo nenhuma). Dentro de outros grupos que se destacaram com níveis mais baixos de literacia financeira que o pretendido sobressaíram os jovens e os desempregados, que fez notar a necessidade de ações de formação financeira para os mesmos. Apresentaram também níveis reduzidos de literacia financeira aqueles que se encontravam excluídos do sistema bancário.

No mesmo relatório em 2010, e comprovando a existência de uma relação positiva quer entre o nível de escolaridade e o nível de literacia financeira, quer entre o último e níveis mais altos de rendimento, os melhores resultados de literacia financeira foram encontrados em indivíduos com o nível de escolaridade da licenciatura ou superior (esses indivíduos compreendidos entre as idades de 24 e 59 anos), e nos indivíduos com maiores rendimentos (acima de 1000 euros mensais). Aqueles que se encontravam empregados demonstravam também ser mais financeiramente letrados, isto porque, entre estes prevaleciam níveis de escolaridade e rendimento superiores aos dos indivíduos desempregados. De modo a sugerir a importância e a relevância do envolvimento com o sistema bancário para a literacia financeira da pessoa, foi provado que aqueles que estavam incluídos no sistema bancário (quer possuindo uma conta bancária, quer na contração de créditos ao consumo, entre outros) apresentavam melhores resultados no nível de literacia financeira.

De acordo com o Banco de Portugal (2016), referente ao relatório do 2º inquérito à literacia financeira da população portuguesa realizado em 2015, e em concordância com que tinha sido verificado em 2010, os estudantes, os desempregados, e os reformados foram os grupos que apresentavam menores níveis de literacia financeira. De novo a menores níveis de escolaridade e a menores rendimentos faziam-se corresponder níveis mais baixos de literacia financeira, sendo que estes voltam a ser grupos prioritários onde a formação financeira se faria valer. Nisto veio ao de cima no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira – PNFF –, a importância de desde cedo promover a literacia financeira para os jovens, de modo a que estes melhorem os seus hábitos e conhecimentos financeiros, com a finalidade de os tornar adultos financeiramente mais esclarecidos. É de realçar que os níveis de literacia financeira mais minorados em 2015 pertenciam a entrevistados sem escolaridade, com rendimento mensal menor do que 500 euros, que não estavam inseridos no sistema financeiro e que não relatavam rotinas de poupança.

De novo, e aquando traçado o perfil daqueles que apresentavam os melhores níveis de literacia financeira no ano 2015, confirma-se a relação direta que esta tem com os níveis de escolaridade e com o rendimento. Os entrevistados financeiramente mais letrados eram aqueles que, de um modo geral, tinham o ensino superior finalizado e o rendimento mensal era superior a 1000 euros, sendo que estes

foram também os que relataram hábitos regulares de poupança e estavam, como previsto, envolvidos no sistema financeiro, demonstrando assim relevante nível de conhecimentos financeiros.

A maioria dos estudos que analisou a literacia financeira associada a características sociodemográficas ou a outras características que de certo modo a influenciam, apenas aferiam esse fenómeno a um nível interno ou singular, isto é, a maioria analisa um único país ou um grupo populacional de um país. Seria de todo interessante que uma análise desta relação da literacia financeira com essas condicionantes fosse feita a nível geral e/ou que se possibilitasse uma comparação a nível internacional, de modo a que fosse possível controlar essas variáveis, e que com isso os resultados de uma melhor literacia financeira originassem um alcance de um bem-estar financeiro generalizado.

2.2. CONCEITOS RELACIONADOS COM A LITERACIA FINANCEIRA

Na literatura é recorrente que o conceito de literacia financeira acabe por se confundir com conceitos que a ele se encontram relacionados, sendo que os mesmos merecem também atenção no nosso estudo pois o que acontece é que os conceitos a ser agora abordados relacionam-se com a literacia financeira e exercem, cada um do seu modo, influência sobre a mesma.

O conceito com que a literacia financeira geralmente mais se confunde é com o de educação financeira. É perceptível o porquê dos conceitos serem erradamente confundidos, apresentando semelhanças ideológicas apesar de se concetualizarem distintamente. A criação de programas de educação financeira projetados especificamente para aumentar a literacia financeira cada vez mais vão sendo encarados como solução para amenizar problemas financeiros que indivíduos e famílias possam vir a enfrentar, pois a educação financeira é encarada como um processo com relevante importância para a promoção da literacia financeira. Lusardi (2003), no seu estudo apoiava já uma relação entre educação financeira, literacia financeira e resultados financeiros pretendidos.

Importa referir que a OCDE (2005) concetualizou educação financeira como “o processo pelo qual os consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão de produtos e conceitos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvem capacidades e confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas informadas, para saber onde procurar ajuda, e para tomar outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro”.

A importância da literacia financeira associada à educação financeira era também já referenciada pela OCDE (2005), como crescente, dado o constante desenvolvimento do mercado financeiro e das mudanças verificadas a nível demográfico, político e económico. Pelo incremento de novos produtos financeiros, pela complexidade dos mesmos e de anteriores produtos financeiros, pelo aumento da esperança média de vida, pelo fenómeno “baby boom”, ainda pelas alterações implementadas no sistema de pensões e pelos baixos níveis de literacia financeira verificados, a educação financeira assume-se imprescindível no combate a estes fatores, sendo que os benefícios da educação financeira iriam assim ser proveitosos para os consumidores de todas as idades e de todos os níveis de rendimento. O trabalho da OCDE faz ainda menção ao facto de existir muito por onde se fazer e por onde se aprender no que concerne aos programas de educação financeira, sendo que a educação financeira não deve ser apenas direcionada a um nicho, mas sim aplicar-se adequadamente a todos os consumidores, de modo a estes atingirem bons níveis de literacia financeira, desde criança até ao tempo da reforma, desenvolvendo boas práticas financeiras e tomando decisões mais eficientes no seu dia-a-dia, para melhores resultados a curto e longo prazo, não só com efeito para os mesmos, como para as organizações e conseqüentemente para a economia de um modo geral, porque essas práticas financeiras são vistas como práticas necessárias para o crescimento económico.

Também Lusardi e Mitchell (2008) relatam a importância da educação financeira para a literacia financeira. Porque consumidores que são mal informados sobre produtos e práticas financeiras, demonstram nos questionários de literacia financeira, fracos resultados e dessa possível iliteracia destacam-se subgrupos, já num capítulo anterior destacados, que fazem perceber a necessidade que existe de após medida a literacia financeira da população num geral, se subavaliar o grau de literacia financeira dos subgrupos de modo a que os programas de educação financeira possam também ser ajustados às necessidades específicas dos mesmos, e a partir daí se tente então dissipar o desnível encontrado no grau da literacia financeira dentro de uma sociedade.

Uma definição que se assemelha à da OCDE já exposta é a do PACFL (2008), que define a educação financeira como um processo através do qual se adquirem conhecimentos e capacidades financeiras, evitando armadilhas de modo a atingir um bem-estar financeiro atual e futuro. Deste modo a educação financeira deve ser ponderada como um conceito que promove a literacia financeira, e não confundir as duas idênticas definições.

Se o objetivo, claro e espectável, da educação financeira seria o de aumentar a literacia financeira, os educadores financeiros deveriam ter como saber se foram ou não bem-sucedidos, e sem uma medição

padronizada torna-se bastante difícil. A educação e a literacia financeira devem visar melhorar o nível de conhecimento e a capacidade de uma pessoa atuar em situações financeiras. Huston (2010) considera assim a educação financeira como um *input* no processo onde se aumenta a literacia financeira.

Também os termos de literacia financeira, conhecimento financeiro para além de educação financeira muitas vezes usados na literatura como se tratassem de sinónimos, usam-se por vezes de forma indistinta e por isso incorreta, visto que cada conceito tem a sua particularidade apesar da sua similaridade. É então importante que na literatura se comecem a definir e assim diferenciar estas noções. Dos por si 71 estudos analisados, Huston (2010), identificou que 47% deles usavam os conceitos de literacia financeira e conhecimento financeiro como sinónimos, e como esses dois termos são conceitualmente diferentes usar os mesmos indistintamente indica desde logo um potencial problema.

A partir de uma conceptualização e de uma definição proposta, ambos os conceitos de literacia financeira e de conhecimento financeiro envolvem capital humano, no entanto, tem que ser esclarecido a diferenciação dos mesmos. O conhecimento financeiro é para Huston, (2010) uma dimensão que integra mas que não equivale à dimensão da literacia financeira, isto é, o conhecimento financeiro é um conceito necessário para que em conjunto com outros estabelecer o conceito de literacia financeira. Outro desses componentes a ter-se em conta para a literacia financeira é o da aplicação desse conhecimento, através da tomada de decisões financeiras, o que pressupõe que um indivíduo tenha capacidade e confiança para pôr em prática o conhecimento que adquiriu sobre finanças pessoais básicas.

Uma relação entre conhecimento financeiro, educação financeira, literacia financeira, comportamento financeiro e bem-estar financeiro é também estabelecida e explicada por Huston (2010). Mais uma vez a literacia e o conhecimento financeiro são então encarados como parte de capital humano, que sofre influência da educação financeira, vista pela autora como um *input* que tende a aumentar esse capital humano do conhecimento e da literacia financeira. É muito importante que seja estabelecido um bom método de medição de literacia financeira, de modo a que se perceba quais os verdadeiros impactos sentidos pela presença da educação financeira, de modo a que se adaptem e melhorem os projetos de educação financeira, para se alcançar o bem-estar financeiro pretendido. Esse capital humano, da literacia e do conhecimento financeiro, é naturalmente usado em consequentes atividades financeiras, reconhecidas como comportamentos financeiros, de modo a que se aumente e alcance o bem-estar financeiro. No meio deste processo não se podem renegar possibilidades de outras influências exercerem poder sobre esses comportamentos, influências essas como familiares, culturais, pressões económicas,

contexto de crises, entre outras, e como é desses comportamentos que se alcança o bem-estar financeiro, esse mesmo pode ser posto em causa e não atingido devido a essas influências.

Já Bowen (2002) define conhecimento financeiro como se o mesmo consista em compreender as principais terminologias e conceitos financeiros necessários para que a sociedade funcione no dia a dia.

Vários são os estudos que mostram que a literacia financeira está significativamente relacionada com comportamentos financeiros auto benéficos. Visto por Hilgert, Hogarth, e Beverly (2003) que ao acrescentarem comportamento financeiro e questões de literacia financeira para o inquérito nacional de Finanças do Consumidor, conseguiram criar então um Índice de Práticas Financeiras baseado no comportamento em quatro variáveis, sendo essas a gestão do fluxo de caixa, a gestão do crédito, a poupança e as práticas de investimento. Comparando resultados desse índice com pontuações do teste de literacia financeira, concluíram que aqueles que eram mais financeiramente letrados tinham pontuações mais elevadas nesse Índice de Práticas Financeiras, resultando assim que se pudesse relacionar positivamente o conhecimento financeiro com o comportamento financeiro e com a literacia financeira. Também Courchane e Zorn (2005) partilham deste pensamento.

Também neste segmento Lusardi e Mitchell (2006; 2011) coligam ao conhecimento um comportamento financeiro mais eficiente, como o de planear e poupar para a reforma, e a acumulação de riqueza. Na mesma linha ainda Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011) acrescentam ao último facto, a participação no mercado de ações que os mesmos vinculam ao conhecimento e ao comportamento financeiro.

Outro conceito com o qual a literacia financeira se relaciona é o da numeracia, como notam Hung, Parker e Yoong (2009), visto que a literacia como espectável beneficia de um conforto com os números, e para além de um mero conhecimento, como a literacia financeira envolve também habilidades, estas tendem a depender em parte da capacidade em trabalhar com dados numéricos. A numeracia vai além de questões financeiras, mas no caso da literacia financeira deve ser encarada como parte necessária dentro das habilidades e capacidades esperadas pelo conceito já exposto de literacia financeira.

Dois últimos conceitos presentes na literatura que nos importa referir são o da aptidão financeira e o da literacia económica. Segundo Kempson, Collard e Moore (2006), a aptidão financeira, que em alguns países e instituições, enfatiza que a literacia financeira vai além do conhecimento e da compreensão financeira, conferindo uma vertente mais orientada para as atitudes e preferências, isto é, uma veia mais comportamental da literacia financeira. Já a literacia económica, referenciada em Jappelli

(2010), apesar deste assumir que erradamente equipara a literacia económica com a financeira, a económica para ele assume-se muito importante para as decisões das famílias quanto ao investimento e à poupança, semelhante ao que se espera da financeira.

2.3.A IMPORTÂNCIA DA LITERACIA FINANCEIRA

Após exposição dos conceitos que nos pareceram mais relevantes na revisão da literatura relativa ao tema, menos importante não será abordar a relevância que o tema dissertado demonstra e comprova ter, tanto na literatura como no nosso pensamento. Uma das ideias que ficou patente para nós foi a de que os consumidores não têm acompanhado o ritmo a que as mudanças no mercado financeiro aconteceram e acontecem, ou seja, foram confrontados com uma aprimorada variedade de produtos financeiros, dos quais não demonstravam possuir habilidade financeira indispensável para competentemente lidar com eles. Sendo assim importante que a literacia financeira dos consumidores seja avaliada e trabalhada, tendo sempre presente que a mesma requer atenção contínua para acompanhar a modernização e atualização constante que ocorre no sistema financeiro.

Na literatura está presente o facto de os consumidores financeiramente iletrados tenderem a exercer comportamentos financeiros não tão adequados, comportamentos apontados na *Australian Securities and Investments Commission* (2003), como exemplo:

- Não elaborar ajustadamente um orçamento familiar baseado nas suas receitas e despesas;
- Não ser capaz de identificar produtos e serviços financeiros de acordo com as suas necessidades;
- Não avaliar e obter independentemente qualquer aconselhamento financeiro, e não agir com segurança na conseqüente decisão;
- E estar mais exposto a burlas e práticas financeiras abusivas.

Aumentar assim a literacia financeira do consumidor é, ou pelo menos deve ser, um objetivo de política pública, para com esta se melhorar o bem-estar da população. Huston (2010) apoiando este caminho do objetivo político, enumera a crise hipotecária, o sobre endividamento dos consumidores e ainda as taxas de falências das famílias como principais riscos a evitar, que solicitam melhores níveis de literacia financeira, para que os consumidores executem decisões financeiras eficazes e eficientes.

Lusardi e Tufano (2009) estimaram um custo da ignorância de cerca de 11.265 milhões de dólares, nos EUA. Elucidando que a iliteracia pode originar custos para o cidadão, como custos de cartões

de crédito ou incumprimento no crédito concedido, sem que ele se aperceba que letrar-se financeiramente poderia e poderá ajudá-lo a não cometer esses erros que lhe causem danos no orçamento e conseqüentemente no seu bem-estar.

Também nos EUA, Mandell e Hariharan (2004), concluíram que os cidadãos americanos careciam de literacia financeira básica, e por conseqüência os consumidores não conseguiam assim responder adequadamente às exigências do sistema financeiro, que se fazia necessitar cada vez mais de um maior nível de sofisticação financeira. Afirmaram também que apenas a literacia financeira não garantia que uma pessoa não fizesse uma escolha financeiramente desastrosa, acreditando que desde cedo então deve ser inculcado nos jovens uma mentalidade de responsabilidade acompanhada da literacia financeira, e para isso as pessoas com poderes políticos não poderiam deixar de ter em consideração a importância que esta última tem nesse efeito.

Como já visto neste trabalho, os jovens são das faixas etárias que mais demonstram precisar de atenção quando se fala de níveis de literacia financeira. Lusardi, Mitchell e Curto (2009) realizaram uma investigação com foco na literacia financeira dos mesmos, e nesse grupo etário o nível de literacia financeira verificado foi baixo, pois pouco mais de um terço do grupo referido demonstrou ter conhecimentos básicos sobre taxas de juro, inflação e diversificação de risco. Podendo parecer que não, nesta idade a maioria dos jovens está prestes a enfrentar decisões financeiras como empréstimos, investimentos e poupança, e baixos níveis de literacia financeira poderão trazer conseqüências indesejáveis não só a nível individual, como para toda a sociedade. As autoras fizeram ver assim a necessidade de educar financeiramente os jovens, de modo a que se tornem adultos financeiramente letrados.

Também para a reforma, a literacia financeira assume-se com relevância, isto porque planear para a idade da reforma é uma tarefa complexa (Lusardi e Mitchell, 2009), porque aos consumidores é exigido que processem a capitalização de juros, a diversificação do risco, a inflação, e todos os imprevistos económicos com que se deparem, e consumidores financeiramente letrados tendem a melhor e mais eficientemente planear a fase da reforma.

É relevante a literacia financeira também para a prevenção do sobre endividamento, dado que indivíduos com maiores níveis de literacia financeira têm menor probabilidade de se tornar sobre endividados. Dado que se pode confirmar no trabalho de Santos e Abreu (2013), onde também elencam que a literacia financeira tende a diminuir em 11% a probabilidade de sofrer dificuldades financeiras, a diminuir em 9% a probabilidade de ficar a dever ou atrasar pagamentos, e ainda diminuir em 2% a

probabilidade de se envolver num processo de “*foreclosure*”. Destes últimos números podemos mais uma vez perceber com clareza o quão a literacia financeira e o comportamento financeiro dela conseqüente podem prevenir o endividamento, para além de outros imprevistos financeiros indesejáveis.

Imprevistos financeiros indesejáveis como crises financeiras, o PACFL (2008), no seu relatório anual para o presidente dos EUA, afirmou que a crise vivida naquela altura se devia inevitavelmente, apesar de muitas serem as causas da crise, à iliteracia financeira. Na mesma linha, Costa (2010) considerou que a crise financeira internacional daquela época serviu para evidenciar que a informação dada aos cidadãos não era sempre completa e adequada ao nível de literacia financeira dos mesmos, como seria suposto. E daí, mais uma vez, se mostra que pessoas financeiramente letradas põem em prática comportamentos e decisões financeiras que menos conduzem a possíveis crises e recuos económicos, e que melhor se enquadram com o objetivo primordial de um bem-estar coletivo (seja ele financeiro e além financeiro).

Cada vez mais as pessoas assumem maiores responsabilidades na tomada de decisões económicas e financeiras, e essas variadas decisões convêm não serem tomadas levemente, porque más decisões financeiras podem desencadear em processos de crise galopantes e como visto na última crise vivida, originar conseqüências consideráveis para as economias envolvidas. A literacia financeira poderá então oferecer respostas e propostas, se a mesma for bem conceptualizada e quantificada, para que se consiga uma prevenção para futuras crises. Más poupanças e más decisões de investimento podem ter sérias implicações na segurança financeira, a longo prazo, dos indivíduos, e os resultados apresentados por Hung, Parker e Yoong (2009) sugerem que os indivíduos menos letrados financeiramente tendem a ser menos vocacionados a desenvolver práticas financeiras recomendadas.

Por se ver relacionada com subseqüentes comportamentos financeiros dos indivíduos, a literacia para Hung, Parker e Yoong (2009) demonstrou não ser significativa para planos de poupança, isto é, no domínio de poupança e investimento para a reforma apesar dos consumidores demonstrarem intenção de poupar, essa intenção financeira acaba por não se traduzir em resultados a longo prazo, ou seja, o contexto e outros fatores envolventes acabam por interferir na transmissão do conhecimento financeiro e na intenção para a ação, revelando de novo como é importante que a literacia seja conceptualizada e estudada de modo a que se possam combater estes tipos de “ruídos” que impedem que boas decisões e comportamentos financeiros sejam estabelecidos para a prossecução do bem-estar financeiro desejável.

Segundo Rutledge (2010) a literacia financeira promove a eficiência, a transparência e a concorrência nos mercados financeiros. Na mesma linha de pensamento a OCDE (2005) destacou que os consumidores financeiramente letrados tendem a incentivar a concorrência entre as instituições bancárias, desse modo implica que ocorra inovação nesse setor, conduzindo a um crescimento económico.

Uma das razões apontadas também pela OCDE (2005) que faz ver a crescente importância da literacia e educação financeira, foram exatamente os baixos níveis encontrados de literacia financeira em pesquisas em 12 países da OCDE, que concluíram que a compreensão financeira dos consumidores era baixa, e essas mesmas pesquisas também destacaram certos grupos onde a literacia financeira era especialmente baixa. Das suas próprias terminações, a OCDE (2005) conclui que apesar do ênfase que decisores políticos tinham dado a programas de educação financeira, poucos foram os países que realizaram pesquisas de literacia financeira para determinar quais as questões financeiras que seriam mais preocupantes e necessárias a resolver para os seus consumidores.

No entanto com a globalização, não só as diferenças e os problemas internos de cada país se tornam relevantes, a literacia financeira deve ser avaliada e comparada também a nível internacional, como sugerido pela OCDE (2005), porque os consumidores têm oportunidade de comprar produtos e serviços em qualquer lugar, e várias más decisões individuais, podem originar más consequências a nível global. Nesse registo bancos centrais e supervisores financeiros têm atribuído cada vez mais importância a iniciativas que promovam a literacia financeira.

Iniciativas como o abordado pelo Banco de Portugal (2016), no 2.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa, em 2015, Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), criado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros³ – CNSF – que ressaltou quão importante seria promover a formação financeira para que a informação necessária chegasse à população, e desse modo se capacitasse um indivíduo para “entender, comparar e decidir por si próprio”. Os objetivos dessa formação financeira, com o intuito de tornar os cidadãos mais financeiramente letrados, deveriam ser

³ O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros – CNSF –, foi criado em Setembro de 2000, pois “a crescente integração e interdependência dos diversos setores de atividade financeira exigiam maior coordenação e articulação entre as autoridades de supervisão do setor financeiro”, sendo composto o Conselho pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – CMVM –, e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF. Tem assim competências para coordenar as autoridades de supervisão do sistema financeiro, no âmbito da regulação e supervisão das entidades e atividades financeiras. (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, Banco de Portugal.)

formulados para um médio e longo prazo de modo a que a partir de um trabalho organizado e contínuo, os resultados sejam mais expressivamente alcançados.

Nesse mesmo relatório do 2º Inquérito à literacia financeira nacional, foi exposto que nos últimos anos, tinha sido registado um crescente número de países que adotavam estratégias a nível nacional para medir, mesmo que de forma díspar, a literacia financeira. Dessas estratégias nacionais conseguiu permitir-se uma comparação internacional dos resultados que facultaria a possibilidade de identificar e partilhar políticas de sucesso que fomentassem a literacia financeira, entre países com desafios semelhantes, porque a importância de medir e comparar os níveis de literacia financeira tornava-se, cada vez mais, internacionalmente reconhecida.

Dai, iniciativas a nível internacional foram principalmente dinamizadas pela OCDE, nomeadamente a International Network of Financial Education – INFE – que de 5 em 5 anos permite comparar resultados e definir posicionamentos relativos, de um exercício de medição de literacia financeira, exercício esse ao qual pertence o 2º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa em 2015.

Como foi possível constatar existe um consenso na literatura da literacia financeira de que a mesma se assume de extrema importância, por diversos aspetos enumerados e de seguida resumidos. A falta de aptidão para bem se decidir financeiramente é cada vez mais uma problematização na realidade económica, isto porque as pessoas têm vindo a aumentar as suas responsabilidades financeiras com o passar do tempo e com a modernização presenciada, e também as mais recentes crises económicas e financeiras trouxeram à luz quais as possíveis e mais prováveis consequências de se decidir a longo prazo sem as ferramentas e capacidades para o fazer devidamente. Decisões relativas ao financiamento para a compra de casa, assim como planos para a reforma, questões para prevenir o endividamento, a acumulação de riqueza, a participação no mercado de capitais, a diversificação de portfólio, a prevenção de burlas e práticas abusivas, entre outras práticas financeiras têm levantado várias questões e preocupações, e a literacia financeira vem provando que consegue desempenhar um papel importante para que as decisões financeiras sejam bem encaminhadas e pensadas, e também para que se não sendo as melhores as consequências não galopem entre a população, para que não se desenvolvam novas crises e se gerem turbulências desnecessárias nos mercados financeiros. A literacia financeira traz luzes para um melhor planeamento e rigor financeiro, necessários para a segurança financeira das populações e para a saúde da economia num todo.

2.4.A LITERACIA FINANCEIRA VISTA PELOS DIFERENTES PAÍSES

Depois de analisada a crescente relevância que a literacia financeira tem vindo a comprovar ter, é importante e para nós necessário perceber como é reconhecida, tratada e quais medidas de literacia financeira se têm destacado a nível intranacional e internacional. Por outras palavras iremos traçar os perfis que se destacam em certos países no que concerne à literacia financeira dos mesmos, e tentar perceber que medidas possam ter sido implementadas e que efeitos as mesmas tiveram.

Um estudo da OCDE (2005), baseado em dados da Austrália, dos EUA, do Japão e do Reino Unido, concluiu que existia, a nível internacional, um baixo nível de conhecimento financeiro pela parte das pessoas e famílias. Com interesse em aumentar então esse nível de conhecimento financeiro, e com o reconhecimento da importância da literacia para a gestão de finanças pessoais, que para além de terem em foco o bem-estar individual têm impacto na estabilidade macroeconómica e financeira, vários são os países que vêm a desenvolver iniciativas que promovam a literacia financeira.

Estas iniciativas prendem-se inicialmente a estratégias nacionais, como esperado, que segundo explicado no Relatório de Supervisão Comportamental de 2010, encabeçado pelo Banco de Portugal (2011a), essas estratégias geralmente começavam pelo levantamento das iniciativas existentes, também um levantamento das necessidades e prioridades para que de seguida se possam definir objetivos e linhas gerais de orientação. Depois disso e colocadas em prática as iniciativas, as estratégias pressupõem também a própria avaliação das mesmas. E desse modo ultimamente, num cada vez maior número crescente dos países, os bancos centrais e outros reguladores financeiros, nomeadamente e maioritariamente sob a alçada do Governo, assumem maior envolvimento na fabricação de medidas que promovam a literacia financeira e que a mensurem também, apesar de em menor e menos consensual maneira.

Daí, pelo facto dessas estratégias, levadas a cabo a nível nacional, estarem cada vez mais presentes numa variedade de países, permite uma comparação internacional de resultados que identifiquem políticas de literacia financeira de sucesso, que a desafios semelhantes conduzirá soluções comuns, tudo isto pela cooperação internacional que cada vez mais se faz valer. E de seguida passaremos a expor medidas e perspectivas de como a literacia financeira é vista em diferentes países, e diferentes estudos da mesma levados a cabo em distintos países.

Seguindo a linha da literatura existente do tema, o país mais presente nela é o dos EUA, pois é dele que saem os mais variados estudos do tema, e os nomes de investigadores mais conceituados

também. Destacamos visões como a do Banco de Portugal (2011a), presentes no Relatório de Supervisão Comportamental 2010, que nos elucida sobre que a estratégia nacional de literacia financeira dos EUA começou por iniciativa do Tesouro americano em 2006, pela Comissão de Literacia Financeira, de forma a promover o acesso a programas de educação financeira, com parcerias entre órgãos do governo e do setor privado.

Ainda pela alçada do governo americano, nomeadamente pelo seu Tesouro, e como já referenciado antes, foi criado em 2008 o PACFL, este Conselho que faz representar cada setor envolvido em iniciativas de literacia financeira com um membro, tem como objetivos:

- Aumentar o esforço para incrementar a educação financeira, quer para os jovens na escola, quer para os adultos no seu trabalho;
- Aumentar o acesso aos serviços financeiros;
- Criar uma medida de literacia financeira;
- Aprofundar a investigação no âmbito da literacia financeira;
- E melhorar os programas já existentes de literacia financeira, desenvolvidos por entidades privadas e públicas.

Também e ainda referenciado no relatório de Supervisão Comportamental de 2010 do Banco de Portugal (2011a), o Tesouro americano, em 2011 reviu a sua estratégia nacional para a literacia financeira, para que daí se pudessem retirar um leque de competências da literacia financeira para serem usadas num “*benchmark*” bem como para a definição de novas iniciativas.

Fora da alçada governamental americana, muitos foram os investigadores que se debruçaram sobre a literacia financeira pelos EUA, Mandell e Hariharan (2004) como já exposto antes mencionaram a carência de literacia financeira presente entre os americanos, e defenderam que desde cedo deveria ser inculcada nos jovens uma mentalidade diferente que desse a devida importância à literacia financeira. E, por conseguinte, sugeriram medidas que para eles poderiam atenuar ou dissipar as disparidades causadas pela baixa literacia financeira. Medidas essas como a sugestão de um exame financeiro com necessidade de aprovação aos alunos do ensino secundário antes que estes enfrentem responsabilidades financeiras, outra sugestão relacionada com a anterior seria a de que quem passasse no exame financeiro teria vantagens quando entrasse em contato com os prestadores de serviços financeiros, de modo a serem recompensados e para se incentivarem.

Das autoras mais conceituadas e replicadas do tema, Lusardi e Mitchell (2006) realizaram um estudo, entre muitos, que averiguava a forma como os trabalhadores decidiam na questão da poupança, onde procuravam a informação para tomar essas decisões e se possuíam um nível de literacia financeira que lhes “permitisse” tomar essas decisões responsabilmente. Também neste estudo concluiu-se um grau de iliteracia financeira dos americanos, especialmente entre aqueles com mais idade, e além desse grupo específico, outros grupos que se destacaram como os mais carentes de literacia pelos EUA foram as mulheres, as minorias e aqueles sem formação superior.

Conforme o que está presente no estudo de Lusardi (2008), o que é pretendido de qualquer política que promova a literacia financeira é que ensine aos indivíduos, que necessitem como os grupos referidos antes como carentes de literacia financeira, conhecimentos básicos sobre investimento e poupança. A autora sugere medidas para educar financeiramente indivíduos, não só os americanos, como a criação de uma “pirâmide de poupanças”, que se assemelhe à pirâmide alimentar, mas que ensine como se poupar e investir. Ainda sugere a invenção de uma espécie de “selo de garantia de qualidade” que seja orientado por especialistas de modo a destacar com o mesmo os *websites* e livros que estes pensem ter informação de qualidade para os cidadãos.

Falando agora do Reino Unido, pelo Banco de Portugal (2011a), no Relatório de Supervisão Comportamental 2010, percebe-se que o mesmo iniciou a sua estratégia nacional de literacia financeira no ano de 2003, pela *Financial Services Authority* (FSA) com a finalidade de promover a literacia financeira pela sua população, dispondo de um orçamento próprio para esse efeito, em momentos chave para a mesma como na entrada para o mercado de trabalho, no nascimento de um filho, entre outros. O público-alvo da FSA eram principalmente as crianças em idade escolar, jovens fora de um sistema de educação e sem trabalho, estudantes universitários, trabalhadores e pais em idade jovem.

A FSA é também responsável no Reino Unido por coordenar o envolvimento de vários *stakeholders* que se envolvam e promovam iniciativas de literacia financeira. Pode-se destacar que em 2005 foi criado um fundo para apoiar novos e inovadores projetos de literacia financeira. Também e em paralelo com a iniciativa do Banco de Portugal na realização de inquéritos à literacia financeira da população portuguesa já referidos e melhor aprofundados mais adiante, a FSA conduziu até à data do Relatório de Supervisão Comportamental 2010, redigido este pelo Banco de Portugal (2011a), dois inquéritos, em 2005 e 2010, com intuito de os realizar de 5 em 5 anos, com o propósito de se conseguir estabelecer uma medida de literacia financeira, cuja falta dela será um problema observado e explicado no capítulo seguinte, que aferi se a evolução da literacia e o impacto das estratégias levadas a cabo para a sua promoção.

Num estudo pedido pela FSA, Atkinson *et al.*, (2007), elabora 6 questões relacionadas com a área financeira e monetária, e nesse trabalho constataram que o nível de literacia financeira pelo Reino Unido era superior no género masculino e que aumentava numa relação positiva com o rendimento das famílias.

Em Itália, Monticone (2010) constatou que a um maior nível de escolaridade equivalia um maior nível de literacia financeira, e que a riqueza financeira teria influência positiva no grau de literacia, isto num estudo com 3992 inquiridos que se focava nos determinantes da literacia financeira na realidade italiana. Dos resultados desse estudo foi constatado que a mesma era muito baixa aquando comparada com a dos EUA e outros países da Europa.

Na Nova Zelândia e de modo a que identificassem lacunas na literacia financeira da sua população, e segundo o Banco de Portugal (2011a), no Relatório de Supervisão Comportamental 2010, uma Comissão especializada pôs em campo também dois inquéritos de literacia financeira, na linha dos já falados no Reino Unido, em 2005 e 2009, sendo que esses inquéritos além de avaliarem o conhecimento financeiro da população em temas como a poupança, endividamento e gestão de produtos de investimento, também pretendiam aferir sobre as atitudes e comportamentos dos seus cidadãos em áreas como a gestão das suas finanças pessoais e aplicações financeiras. O público-alvo das iniciativas neozelandesas para a formação financeira era depois segmentado em função do nível de literacia.

Na Austrália, Worthington (2006) desenhou perfis de cidadãos australianos que possuíam menor literacia financeira, sendo esses do género feminino, desempregados, trabalhadores rurais, cidadãos com grau de escolaridade inferior ao secundário, indivíduos não “empenhados” em poupar e também aqueles que se encontravam solteiros. Destacou no seu estudo que australianos com idade entre os 50 e 60 anos, empresários ou com grau universitário eram aqueles com maior probabilidade de deter um nível superior de literacia financeira.

Em países fora da OCDE, começando pelas economias emergentes da Índia e Indonésia (Cole, Sampson e Zia, 2011), o perfil daqueles que careciam da literacia financeira em maior escala fixava-se nas famílias rurais e nas famílias onde a mulher assumia a liderança na gestão orçamental. Já aqueles com maior capital humano – com mais escolaridade e/ou capacidade cognitiva –, que representavam uma maior despesa *per capita*, e aqueles que pertencessem ao ramo empresarial não rural, eram associados a um maior nível de literacia financeira. Não fogem assim muito à leitura dos países teoricamente mais desenvolvidos. Também numa experiência na Ruanda mais rural, Sayinzoga, Bulte, e Lensink (2016), que como já referimos destacaram que poucos eram os estudos que avaliavam em

2014 o impacto da literacia financeira nos países em desenvolvimento, tinham o propósito de medir o impacto de uma semana de treino e formação em literacia e comportamento financeiro no local já referido, e os pequenos agricultores envolvidos nesta iniciativa aumentaram a sua literacia financeira, mudaram o seu comportamento de poupança e investimento, e ainda desenvolveram um espírito de iniciativa para inovarem e aumentarem a sua renda. Comprovando que uma formação de literacia financeira bem estruturada tende a originar mudanças comportamentais financeiras e não financeiras positivas.

Na Rússia aquando pedida uma autoavaliação, a 1600 inquiridos, acerca do seu nível de literacia financeira, 31% dos mesmos julgava enquadrar-se num nível reduzido ou insatisfatório, e assim Kuzina (2011) concluiu que o nível de literacia financeira dos russos não era tão elevado quanto gostariam, mesmo que alguns cidadãos tivessem a perceção errada de terem aumentado a sua literacia durante a crise financeira pela visualização das notícias a seu respeito.

Outras visões, mais abrangentes talvez, do estudo da literacia financeira por diferentes países, encontramos na literatura em estudos que fossem internacionais, isto é, que analisassem a literacia financeira em diferentes países numa investigação, e desse tipo destacamos em primeiro, dos mais referidos, o estudo da OCDE (2005), onde se ressaltava que dentro de 12 países que possuíam pesquisas sobre literacia financeira, destacaram-se 6 pesquisas de 5 países, Austrália, Japão, Coreia, Estados Unidos da América e Reino Unido (destaque esse pela informação detalhada na metodologia, pelos resultados, questões e grupos alvo). Essas 6 pesquisas destacadas usavam duas distintas abordagens para medir a literacia financeira. Uma das abordagens, usadas sobretudo em estudantes do ensino secundário nos EUA e na Coreia, consistia em fornecer um teste objetivo onde se conseguisse medir o conhecimento e compreensão de termos financeiros e ainda a habilidade para aplicar esses conceitos financeiros em situações particulares por parte dos inquiridos. A outra abordagem diferente, usada pelas pesquisas do Reino Unido, Japão e Austrália, consistia em questionar os inquiridos sobre a auto avaliação que faziam sobre as suas perceções, a sua compreensão e conhecimento financeiro, também como as suas atitudes perante instrumentos, decisões e informações financeiras.

Também no Relatório de Supervisão Comportamental 2010, do Banco de Portugal (2011a), fizeram um apanhado de países onde se teriam desenvolvido estratégias nacionais de literacia financeira até à data, e poderemos ver na seguinte Tabela 1 infra exposta, quais esses países, como também tentaram perceber qual o diagnóstico das principais prioridades e como eram divulgadas e daí usadas essas estratégias e resultados, se de teor e acesso público (como EUA e Canadá, mas também Portugal,

que será particularmente destacado em seguida) ou de acesso restrito como a *stakeholders* que pudessem envolver-se ou fossem necessários nas estratégias (como os restantes países que analisaram à data), ver Tabela 2.

Tabela 1: Desenvolvimento de estratégias nacionais de literacia financeira

	Estratégia			Ano	
	Sim	Em fase de projeto	Projeto	Lançamento	Anos de duração
África do Sul		X	2008	2011	5
Austrália		X	2009		2
Canadá		X	2010	2011	
Colômbia		X		2011	
Espanha	X		2008	2008	4
Estados Unidos	X			2006	Contínua
Estónia		X		2011	
Holanda	X		2008	2008	5
Índia	X		2005	2006	Contínua
México		X	2007	2011	
Nova Zelândia	X		2006	2008	5
Polónia		X	2010	2011	2
Portugal		X	2010	2011	5
Reino Unido	X		2002	2003	
República Checa	X		2007	2007	4
Sérvia		X			

Fonte: Elaboração própria, baseada em Banco de Portugal (2011a)

Tabela 2: Diagnóstico de prioridades e divulgação de estratégias

	Meios para identificação de prioridades			Consulta pública		Divulgação
	Levantamento de iniciativas existentes	Inquérito à literacia financeira	Outros inquéritos; reclamações; etc.	Público em geral	Restrita	Campanha de divulgação
África do Sul	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim
Austrália	Sim	Sim	Sim		Sim	
Canadá	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim
Colômbia	Sim		Sim		Sim	Sim
Espanha	Não	Sim	Sim			Sim
Estados Unidos	Sim	Sim	Sim	Sim		
Estónia		Sim	Sim			
Holanda	Sim	Sim	Sim			Sim
Índia	Sim		Sim		Sim	Sim
México	Sim				Sim	Sim
Nova Zelândia	Sim	Sim	Sim		Sim	Não
Polónia	Sim	Sim	Sim			Sim
Portugal	Sim	Sim	Sim			Sim
Reino Unido	Sim	Sim	Sim		Sim	Não
República Checa	Sim		Sim		Sim	Não
Sérvia			Sim			

Fonte: Elaboração própria, baseada em Banco de Portugal (2011a)

Também Nicolini, Cude e Chatterjee (2013), e para nós relevantemente, analisaram as diferenças na literacia financeira em quatro distintos países, sendo eles o Canadá, a Itália, o Reino Unido e os EUA, de modo a que se tentasse perceber se certos fatores associados à literacia financeira num país concreto se podiam generalizar a outros países, assim como perceber se as características nacionais de cada país faziam ser necessário analisar a literacia financeira individualmente em cada um deles. Para verificar se o país de origem teria relevância para literacia financeira, criaram um índice da mesma que se baseou no número de respostas corretas a quatro questões de escolha múltipla, e desse índice concluíram que existiam sim diferenças significativas entre os países, indicando existirem diferenças nacionais e culturais na forma como as famílias tratam e pensam nas suas finanças pessoais, sugerindo os autores que os decisores políticos tivessem essas diferenças em consideração aquando desenvolverem ferramentas para avaliar o grau de literacia no seu respetivo país, o que do nosso ponto de vista seria algo já esperado pelos decisores, não invalidando a necessidade de ser criada e utilizada uma forma de medir a literacia

aceite internacionalmente e de forma generalizada, que depois permitisse avaliar a literacia financeira da forma pretendida e ajustada a cada realidade.

Ainda e seguindo a linha do estudo da OCDE (2005), também Lusardi e Mitchell (2007) investigaram sobre evidências internacionais sobre literacia financeira de onde constataram que a iliteracia financeira seria comum em vários países desenvolvidos, como Austrália, Japão e Coreia, assim como em vários países desenvolvidos da Europa. Estas descobertas são similares às encontradas e relatadas por Christelis, Jappelli e Padula (2006), que concluíram que a maioria dos entrevistados na Europa apresentavam pontuações baixas nas escalas de literacia financeira. O que nos pode indiciar, novamente, que o conceito de literacia financeira e a apreensão do mesmo pelos diversos países, quer desenvolvidos quer em desenvolvimento, está em constante mutação, isto é, são e serão por longa data necessárias medidas nacionais e internacionais que ajudem a que o nível de literacia financeira vá aumentando e se vá estabilizando de modo a que o bem-estar das populações seja cada vez melhor alcançado.

Parte importante desta dissertação irá focar-se no Centro Global de Excelência em Literacia Financeira – GFLEC (*Global Financial Literacy Excellence Center*)⁴ – fundado e ainda sob Direção Académica de Lusardi, tem como objetivo inculcar nas pessoas um conhecimento financeiro que precisam para conseguirem de forma plena participar na economia e construir daí um futuro seguro para os mesmos. Dado isto, o GFLEC tem-se vindo a posicionar como a principal incubadora de pesquisas, políticas e soluções relacionadas com a literacia financeira. Criado no ano 2011, na Escola de Negócios da Universidade George Washington, o GFLEC tem procurado inovar na questão da mensuração da literacia financeira, para além de desenvolver e ajustar programas educacionais relacionados ao tema e elaborar diretrizes para políticas que se foquem no avanço do conhecimento financeiro não só dos EUA, como ao redor de todo o globo.

No mapa da Figura 1, infra exposto, que podemos encontrar num trabalho de grande relevância para a nossa dissertação, e apresentado pelo GFLEC como o estudo com a melhor e mais abrangente medida global de literacia financeira, podemos constatar que em 2014, ano da pesquisa, apenas 1 em cada 3 adultos eram financeiramente letrados. Também podemos perceber que a literacia financeira é maior no Norte da Europa, assim como no Norte da América do Norte e ainda na Oceânia, resultados estes que acabam por não surpreender. O que talvez fosse menos esperado seria a discrepância bem

⁴ The Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey. GFLEC.

vincada entre o Norte e Sul da Europa, registando uma variação que ronda os 30%, que é bastante se observarmos que o valor máximo estará abaixo dos 75%. Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015).

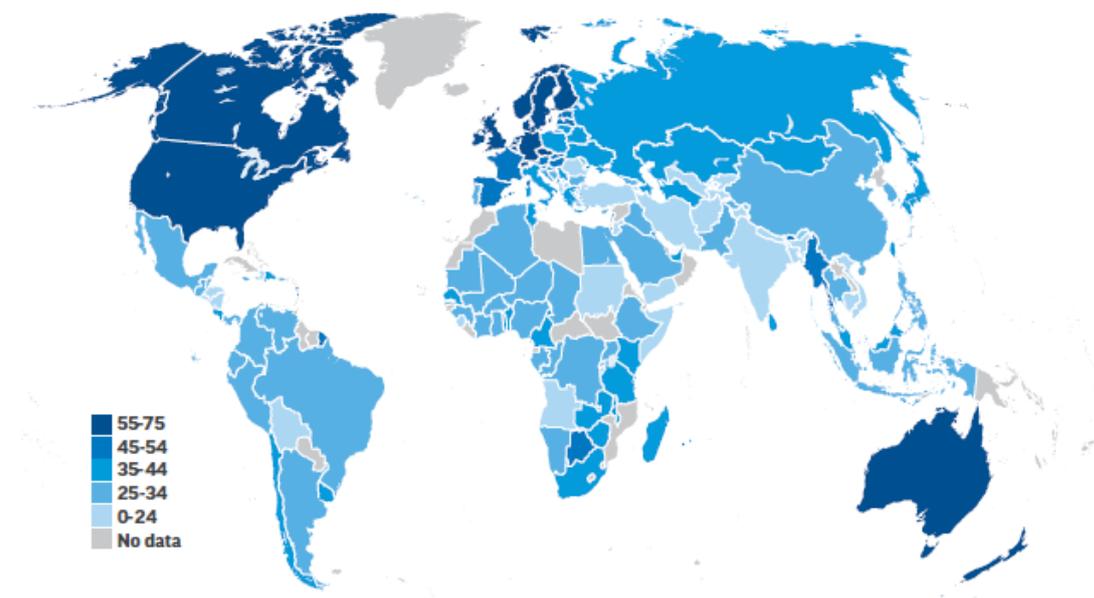


Figura 1. Variações Globais de Literacia Financeira; Fonte: S&P Global FinLit Survey

Importante é agora falar da realidade portuguesa, e por isso iremos de seguida expor investigações e elucidar sobre medidas que, ou já foram postas em prática ou que seriam necessárias devido a resultados obtidos em estudos específicos. Podemos então começar com Mendes e Abreu (2006), que de um pouco mais de 15 mil pessoas contactadas pela CMVM apenas conseguiram uma amostra de 1268 inquiridos, concluíram ser reduzido o grau de conhecimento financeiro dos investidores e consumidores portugueses, e que o perfil daqueles que demonstravam ter maior literacia financeira era o dos casados, pelos 40 anos, com grau de escolaridade entre o secundário e o superior, que vivessem no litoral com profissões mais terciárias. Um perfil semelhante a este é encontrado em Henriques, Carneiro e Aibéo (2010), onde aqueles com maior literacia financeira eram indivíduos com idade entre os 25 e os 44 anos, do género masculino, casados, com maiores habilitações literárias e elevados rendimentos. Perfis estes que se enquadram no já anteriormente falado perfil “típico”.

Agora num estudo mais recente da realidade nacional, Santos (2010) que disserta sobre os determinantes da literacia financeira dos portugueses face às opções de crédito e que centra o seu trabalho na classificação da literacia financeira dos consumidores analisando os fatores influenciadores da criação de literacia para ser usada aquando recurso ao crédito, expõe que esses determinantes, que poderão influenciar direta ou indiretamente a criação de literacia financeira, são melhor apontados após analisados dados pessoais, conhecimentos financeiros compreendidos, dados relativos ao agregado familiar, perceção do modo de aprendizagem de gestão financeira, entre outras informações de diversas

naturezas. Os determinantes que o autor acaba por elencar como hipóteses de influenciarem o grau de literacia financeira da população portuguesa são então: papel dos pais, situação financeira, aplicações em fundos de investimento, partilha do poder de decisão e de responsabilidades de gestão para o agregado familiar, modo de aprendizagem da gestão do dinheiro e uso de crédito face a dificuldades financeiras, grau de escolaridade e concordância com parceiro na hora de gerir as finanças do agregado familiar.

Consegue também Santos (2010) concluir que na hora de pensar contrair crédito para habitação, os portugueses são detentores de uma literacia financeira que considera como “razoavelmente boa” e que os mesmos procuram manter-se informados acerca do assunto. Quanto às conclusões relativas ao modo como os fatores previamente enunciados originam efeitos positivos ou negativos na literacia financeira, o estudo associa que de forma positiva influenciam a formação de literacia financeira situações financeiras derivadas de dificuldades já sentidas na hora de cumprimento de passadas responsabilidades (contrariando o esperado pela literatura por ele observada), um maior grau de escolaridade (que vai ao encontro do expectável pela literatura), e ainda a partilha de responsabilidades na hora de decisão do agregado familiar e a concordância com o parceiro na gestão do agregado (sendo estes fatores não contemplados na literatura analisada pelo autor, mas que o mesmo considera importantes para melhores níveis de literacia serem alcançados).

Já de forma negativa a aplicação em fundos de investimento, como ações, tende a associar-se a uma menor literacia financeira (contrariando o aguardado pela literatura, este resultado talvez se explique pelos resultados do estudo avaliarem a literacia “apenas” aquando usufruto de crédito, e as duas situações económicas não se correlacionem de forma positiva), também os indivíduos, que o meio de aprendizagem sobre gestão de dinheiro advém maioritariamente da experiência própria com recurso ao crédito em tempos de dificuldade apresentam menores níveis de literacia financeira (resultado que vai ao encontro da visão percebida na literatura) e por fim o papel desempenhado pelos pais, nomeadamente pais com grau de escolaridade inferior aos filhos tendem a exercer um efeito negativo na hora da formação de literacia financeira (também resultado concordante com a análise da literatura).

Em Portugal, também Nogueira (2011), na linha de Santos (2010), disserta sobre os determinantes da literacia financeira, identificando e analisando os mesmos, para determinar igualmente qual o nível médio de literacia financeira dos portugueses. Para o efeito elaborou e distribuiu um inquérito com 13 questões cujas temáticas englobavam o conhecimento financeiro básico, poupança e investimento, crédito e crédito à habitação. Salientamos que as questões utilizadas para aferir sobre o

conhecimento financeiro básico foram as 3 indicadas na investigação de Lusardi e Mitchell (2005), adaptadas a Portugal, onde se verificou um número elevado de respostas corretas às mesmas (cerca de 60%).

Acerca do conhecimento sobre o crédito e o crédito à habitação em específico, no trabalho de Nogueira (2011), as questões referentes a esse tema foram aquelas que obtiveram menor percentagem de respostas corretas, isto é, foi onde os inquiridos mais erraram, de onde se pode subentender que os mesmos não entenderiam o valor temporal do dinheiro e subestimariam a taxa de juro de um empréstimo. Já sobre o entendimento de experiências financeiras como poupança e investimento, chegou-se à conclusão que em média, num índice de 0 a 5, apresentavam um valor insuficiente de 2,4 e ainda se concluiu que aproximadamente 16% dos inquiridos revelavam total ausência de conhecimentos e competências para gerir as suas finanças pessoais. Ainda foi possível concluir-se que mais de 60% sobrestima os seus conhecimentos e competências financeiras.

Como já exposto anteriormente, em Portugal, em 2008 foi iniciado um projeto com elevada relevância para a literacia financeira da população portuguesa, sendo esse projeto aquele que originou os Inquéritos à Literacia Financeira da População Portuguesa em 2010 e depois em 2015, inquéritos esses que serviriam para efetuar um diagnóstico do grau de literacia financeira Portuguesa e daí seria possível observar-se as prioridades para futuras intervenções de programas de formação financeira.

Referente ao ano 2010, o Banco de Portugal (2011b) sugeriu que num aglomerado, as atitudes financeiras dos portugueses eram positivas, mas nem sempre a essas atitudes se faziam corresponder comportamentos financeiros adequados, porque e como exemplo, ao referirem que consideravam importante planear o orçamento familiar, não traduziam essa importância numa real poupança com visão a longo prazo. Também a população portuguesa inquirida indicava considerar relevante a poupança, mas não demonstrava conformidade com o papel que esta revelaria ter na afetação de recursos ao longo da vida dos mesmos, nem na solidez do sistema financeiro e nem para um crescimento económico sustentado.

Dos resultados do 1º Inquérito à Literacia financeira, pelo Banco de Portugal (2011b) destacamos brevemente os que se seguem. Foram positivos os resultados que se referiam à inclusão financeira (onde os graus de exclusão financeira dos portugueses estariam a par dos graus de outros países desenvolvidos como Reino Unido, EUA e Nova Zelândia), também se mostraram positivos os resultados no que dizia respeito ao grau de literacia financeira dos inquiridos, pois uma maioria aparentava um grau superior à média dos indivíduos que no inquérito participaram, apesar das lacunas já expostas anteriormente entre

os diferentes grupos populacionais, lacunas essas que vão ao encontro do perfil típico esperado na análise à literacia financeira, onde os mais jovens e desempregados se assumem como foco para ações de formação financeira por apresentarem níveis abaixo da média, além da população mais idosa e com níveis reduzidos de escolaridade.

Como relevantes resultados menos positivos encontrados em Banco de Portugal (2011b), evidenciamos as lacunas no conhecimento das fontes de informação financeira (dado que cerca de 82% dos inquiridos refere não acompanhar as informações e notícias sobre legislação e regulamentação de produtos bancários), e ainda uma compreensão insuficiente de conceitos financeiros considerados básicos (como o conceito de Euribor), o que origina uma dificuldade aquando os indivíduos tiverem de se deparar com escolhas de produtos financeiros que se adequem às suas preferências e aos perfis de risco. Do relatório ainda se retira que pelas respostas dadas era perceptível que os inquiridos sobreavaliavam os seus próprios conhecimentos financeiros. Ainda destacamos que no que concerne à escolha do banco, valor de comissões dos bancos e comparações de taxas de juro para crédito e semelhantes, existe meio que uma despreocupação dos inquiridos portugueses, revelando uma certa passividade dos mesmos.

Queremos também evidenciar o facto de já em 2010, 24% dos inquiridos serem conhecedores e utilizadores do *homebanking*, indivíduos esses maioritariamente entre os 25 e 39 anos, que faz ver que a literacia financeira também acompanha e pode beneficiar da evolução tecnológica que vivemos.

Já em 2010 existia como objetivo traçado que em 2015 se repetisse o Inquérito de literacia financeira à população portuguesa, para que o nível da mesma fosse acompanhado e se pudessem averiguar quais as diferenças sentidas durante o período e desse modo também avaliar medidas implementadas e o impacto sentido na população, avaliando a evolução sentida na população desde 2010. Conforme previsto, foi lançado em 2015 o 2º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, pelo Banco de Portugal (2016), que nesse ano foi conduzido pelo CNSF, já anteriormente definido e brevemente explicado. Este segundo inquérito veio a realizar-se num contexto mais abrangente do que aquele realizado em 2010, isto porque beneficiou da participação dos 3 supervisores financeiros, e ainda por se integrar no exercício de comparação internacional do grau de literacia financeira levado a cabo pela INFE, a rede de formação financeira da OCDE que se faz constituir por bancos centrais, por reguladores e supervisores financeiros, e ainda por outras entidades públicas.

Os resultados encontrados em Banco de Portugal (2016) que dizem respeito ao ano de 2015, são de forma generalizada uma melhoria ou resultados semelhantes aos encontrados no 1º inquérito

realizado em 2010, sendo que foram raros os resultados que pioraram, depreende-se então que o nível de literacia financeira da população portuguesa aumentou no período entre os dois inquéritos. Em suma, apresentaremos de seguida aqueles resultados que o relatório destaca, começando pelas melhorias verificadas nos indicadores de inclusão financeira.

Era em 2015 considerada elevada a inclusão financeira dos portugueses, indicador que registou uma melhoria face ao indicado no relatório de 2010, havendo desse modo um reforçado acesso generalizado ao sistema financeiro relativo aos anteriores resultados, sendo tal aspeto medido consoante a detenção de pelo menos uma conta à ordem. Também existe melhoria nos resultados relativos aos hábitos de poupança entre os anos aferidos, mas, no entanto, continuaram a ser demonstrados comportamentos inertes que mostram pouca proatividade aquando da aplicação dessa poupança em produtos financeiros.

Mantiveram-se entre 2010 e 2015, as atitudes e comportamentos prudentes no que concerne ao planeamento do orçamento familiar. Também em termos de conhecimentos financeiros, as melhorias pouco foram sentidas, continuando a revelarem-se lacunas em questões gerais de numeracia como também em conceitos relacionados com produtos financeiros, e desse modo os níveis de conhecimento continuaram a mostrar-se relativamente baixos, e continua a existir uma sobreavaliação dos próprios conhecimentos por parte dos inquiridos, facto ocorrido também em 2010. Se nos conceitos que relacionam a inflação com o custo de vida, e relação entre risco e remuneração os resultados apresentados revelaram-se bastante satisfatórios, o contrário acontece na compreensão de conceitos como *spread*, *Euribor*, franquias e garantia de capital.

Na escolha de produtos financeiros continua a impor-se em 2015 uma grande confiança no aconselhamento dado no balcão das instituições, assim como nos conselhos dados pelos amigos e família aquando da escolha de banco e dos produtos em si, em detrimento de uma avaliação que se baseasse numa cautelosa comparação entre produtos alternativos. E com a disponibilização de novos produtos financeiros e no alargamento de canais digitais no ramo, surgem novos desafios e com eles preocupação dos riscos a eles associados, como precipitação em decisões ignorando possíveis consequências.

Este 2º inquérito à literacia financeira da população portuguesa realizado em 2015, pelo Banco de Portugal (2016), como já referido anteriormente de forma breve, faz parte do PNFF, sendo este um plano lançado em 2011, sendo um projeto a médio e longo prazo que se assume como instrumento para reconhecer a importância de incluir e formar os indivíduos financeiramente, a um nível nacional

para que se possa alcançar um bem-estar da população e uma estabilidade do sistema financeiro, para além de se fazer também inserir no âmbito da INFE, dinamizada pela OCDE, onde se comparam posicionamentos relativos do nível de literacia financeira dos países envolvidos. E tendo por referência os resultados dos 30 países que participaram neste trabalho da INFE, em 2015, pode-se concluir que em Portugal os “comportamentos, atitudes e conhecimentos financeiros da população portuguesa estão em linha com os dos outros países”, e melhores resultados se encontraram ainda na análise de indicadores agregados de atitudes e comportamentos financeiros. Conseguimos constatar no relatório que Portugal está geralmente acima da média dos 30 países, assim como acima da média dos 17 países da OCDE que estão dentro desses 30 países, quer nos resultados da inclusão financeira – acima da média de ambos tanto na detenção de contas de depósito à ordem, como na detenção de seguros neste indicador especificamente – quer nas 3 dimensões supra mencionadas – na vertente dos comportamentos financeiros Portugal ficou em 8º lugar, entre os 30, nas atitudes financeiras ficou num destacável 5º lugar, e aquando abordado o tema dos conhecimentos financeiros Portugal situava-se no 13º lugar, com média de respostas corretas de 4,8 num total de 7.

Destes 3 últimos resultados e nomeadamente da soma dos 3 a INFE infere um indicador global de literacia financeira, e dentro de um total entre 1 e 21 pontos, Portugal situa-se num acima da média 10º lugar, com 14 pontos (média dos 30 seria de 13,2 e média dos 17 da OCDE seria de 13,7). Podemos observar esse indicador no gráfico da Figura 2, infra exposto, e ainda destacar dele que o nível de literacia financeira global deixa bastante a desejar, ou melhor, tem ainda muito por onde se trabalhar e desse modo aumentar a literacia financeira das pessoas, isto porque o melhor resultado da França está “apenas” nos 14,9 de 21, havendo muita margem de crescimento. Deste facto podemos também evidenciar que esses défices de literacia financeira transversais à generalidade dos países faz recomendar um reforço da cooperação internacional, pois é através dela que se podem identificar e partilhar soluções e políticas de formação financeira entre os mais diversos países, de onde todos beneficiariam.

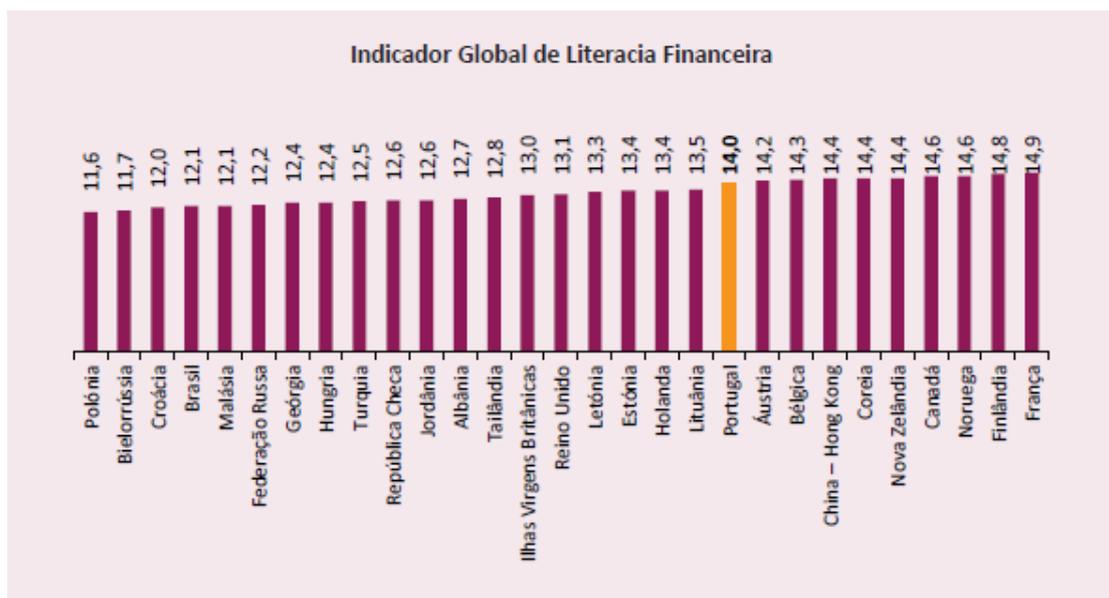


Figura 2. Comparação Internacional do Indicador Global de Literacia Financeira; Fonte: INFE/OCDE.

Dada uma referência acerca da literacia financeira pelo mundo, e de medidas que nos diferentes países como em Portugal foram tomadas, importa agora tentar perceber como a literacia financeira é por aí medida, se existe ou não uma padronização que seja mundialmente aceite e utilizada, para que também possamos perceber qual variável explicativa de literacia financeira melhor caberá ao nosso trabalho para aferir sobre a influência da mesma no consumo das famílias, conforme pretendido.

2.5.COMO A LITERACIA FINANCEIRA É MEDIDA

Podemos começar desde já a dizer que também a medição segue a oscilação que já vimos existir na concetualização da literacia financeira, isto é, não há uma tão comum e aceite generalizadamente forma de medir o nível de literacia financeira, existindo diferenças quer a nível intranacional como internacional. E, segundo o Relatório de Supervisão Comportamental 2010, do Banco de Portugal (2011a), as maiores dificuldades que existem a nível empírico da literacia financeira situam-se essencialmente na identificação e seleção da amostra, a forma de medição da literacia e ainda a forma como se obtém a informação adequada quanto aos efeitos a se analisar. Ainda se fala do quão importante é para a literacia financeira que se estabeleça uma estratégia a ser definida para que se crie um método de avaliação dos resultados ou de pelo menos avaliação do impacto de medidas feitas para que se consiga responsabilizar a quem de direito, para que também se possa cobrar com credibilidade às

entidades que promovem a literacia financeira, que definam metas concretas e objetivos realistas consoante essa avaliação.

Num dos mais referenciados estudos acerca da medição da literacia financeira, Huston (2010) realça que não existiam instrumentos padronizados que medissem a literacia financeira, e por isso analisa a literatura anterior para que tentasse identificar os obstáculos existentes e, os principais obstáculos encontrados pela autora concentraram-se nos seguintes, a falta de uma definição concreta, realçado este facto pelo recorrente uso indiferenciado dos termos de literacia e conhecimento financeiro; e ainda pelo conteúdo e a interpretação dos instrumentos usados para a medição da literacia financeira. Também Nogueira (2011) realça no seu trabalho que para medir a literacia é necessária a definição aceite e generalizada da mesma, pois se não existir também acontece dos métodos utilizados para a medir variarem consoante as diferentes definições nos diferentes estudos. A medição também é para ele difícil porque há diferenças constantes no tamanho da amostra, no público-alvo, na metodologia usada, na recolha de dados, no número de questões e nos conteúdos das questões. Por consequência, além da dificuldade na comparação entre os estudos, também se torna ainda mais difícil uma comparação a nível internacional.

Então, a fim de possibilitar a identificação das necessidades e de prioridades no âmbito da literacia financeira é indispensável que se faça um diagnóstico do seu nível, sentido na população. O Relatório de Supervisão Comportamental 2010, do Banco de Portugal (2011a), elenca um conjunto de fontes de onde provém informação para esse diagnóstico pretendido, sendo essas fontes:

- Inquéritos aos Consumidores;
- Volume, tipo de reclamações e pedidos de informação dos consumidores;
- Indicadores Macroeconómicos e financeiros: como nível de endividamento, crédito em incumprimento, poupança das famílias, entre outros.

Após abordar o tipo de fontes aonde se pode ir procurar e coligir informação para que se possa medir a literacia financeira, importa agora ver também diferentes abordagens encontradas na literatura e analisar como elas medem a literacia financeira. Usando os dados do “*National Financial Capability Study*”, realizado nos Estados Unidos em 2009, Santos e Abreu (2013) analisaram o impacto da literacia financeira e do comportamento financeiro sobre a probabilidade de sobre endividamento, construindo um índice de literacia financeira e um índice de comportamento financeiro. O índice de literacia financeira surge de um inquérito que usou questões sobre oito tópicos financeiros, sendo parte deles a composição da taxa de juros, a inflação, sobre títulos e ações, e pagamento da hipoteca e ainda da diversificação de

riscos. Já o índice de comportamento financeiro baseou-se em questões relacionadas com as escolhas financeiras dos indivíduos relativas à gestão do orçamento, à poupança, a contas bancárias, ao crédito, a seguros e a conselhos financeiros. O que nos cabe melhor resumir é o índice de literacia financeira, que de um questionário de 5 perguntas, cada resposta certa cotaria 0.2 pontos, entre 0 e 1 (0; 0.2; 0.4; 0.6; 0.8; 1), por mera informação, constatamos no seu estudo o índice de literacia financeira com uma média de 0,625, uma média de respostas certas pouco acima das 3.

No trabalho de Hung, Parker e Yoong (2009), que se foca em definir e medir a literacia financeira, estes ilustram em forma tabelar 16 tipos de estratégias usadas em diferentes trabalhos empíricos sobre o tema, incluindo nesse seu esquema um resumo de qual definição operacional usada em cada trabalho (variando pouco entre percentagem de respostas certas ou média de respostas, quer escolhas múltiplas, quer verdadeiro e falso, ou respostas a questões extensas), ainda assinalaram qual estratégia de medição os diferentes estudos optaram (se auto avaliação, usada em 6 desses estudos, ou se teste de desempenho usada em todos os 16 estudos), e por último esse apanhado ainda expunha qual o conteúdo abordado nos testes de desempenho (conteúdo esse entre poupança – 10 estudos, investimento – os 16 estudos, e débito – 8 estudos).

Também pela literatura pudemos averiguar que um dos fatores mais uniformes entre a medição se prendia ao facto de usarem respostas de conhecimento financeiro para criar uma única medida de literacia financeira, de onde a mais usual medida é o número total de respostas corretas (ou índices), como nos trabalhos de Hung, Parker e Yoong (2009), Moore (2003), Worthington, (2006) e Servon e Kaestner (2008).

Nicolini, Cude e Chatterjee (2013) que de modo a verificar se o país de origem teria relevância para literacia financeira, criaram um índice da mesma que se baseou no número de respostas corretas a quatro questões de escolha múltipla sobre investimento, crédito, inflação e gestão de dinheiro, sendo que esse índice variava entre 0 se nenhuma resposta fosse acertada, e 4 se todas as questões estivessem corretas. Como já referidos foram selecionados 4 países – EUA, Canadá, Reino Unido e Itália – por não existir uma forma definida de como se medir a literacia financeira a nível transnacional, a forma para resolver tal problema passa por estudar países com estudos comparáveis. Como critério para a escolha desses países comparáveis enunciaram o facto de terem dados disponíveis, terem perguntas similares ou iguais nas pesquisas, também tiveram em conta sistemas culturais, económicos e financeiros dos países. Estes três fatores parecem-nos bastante importantes aquando se for criar uma forma de medir a literacia financeira única e aceite generalizadamente, pois é bastante importante que a comparabilidade

possa existir, e é de realçar que só 4 países puderam ser comparados e usados neste estudo, ao se encaixar nesses critérios e não originando resultados desviados, e mesmo assim tiveram de ajustar alguns dados para que realmente as conclusões pudessem ser mais fiáveis.

Mas quando se fala em medir a literacia, não podemos deixar de mencionar as pioneiras do tema, isto porque, Lusardi e Mitchell (2011) lançaram 3 questões simples sobre taxa de juro, inflação e diversificação de risco, que serviram de base para vários outros estudos como medida e depois atualizada e aperfeiçoada, sendo raro que hoje quando se mede literacia financeira não se questione sobre esses três tópicos. Infra expomos as 3 questões traduzidas:

1. “Suponha que tem 100 € numa conta poupança cuja taxa de juro anual é de 2%. Após 5 anos, quanto pensa que terá acumulado na referida conta poupança, se não efetuar quaisquer levantamentos intermédios? (i) mais de 102 €; (ii) exatamente 102 €; (iii) menos de 102 €; (iv) não sabe; (v) não responde.

2. Considere que a taxa de juro anual na sua conta poupança era de 1% e a inflação anual prevista era de 2%. Após um ano, comparativamente com hoje, seria capaz de (i) comprar mais; (ii) comprar o mesmo; (iii) comprar menos; (iv) não sabe (v) não responde.

3. Considera verdadeiro ou falso a seguinte frase: Comprar ações de uma só empresa fornece um retorno mais seguro do que investir (o mesmo montante) num fundo de ações. (i) verdadeiro; (ii) falso; (iv) não sabe (v) não responde.”

Importa agora falar sobre um, mais recente do que este anterior estudo, e muito citado trabalho de Huston (2010), que se foca como já anteriormente referido em medir a literacia financeira. Na sua análise, identificou 71 estudos individuais de 52 conjuntos de dados diferentes. A seleção dos mesmos assentou, particularmente, se o estudo usaria uma “medida para captar o capital humano de um indivíduo especificamente relacionado com finanças pessoais, incluindo termos como literacia financeira, conhecimento financeiro ou medição de um constructo relacionado”. Os 71 estudos individuais foram de 50 autores/organizações. A maioria dos 52 conjuntos de dados utilizavam amostras dos EUA. Esta seleção representa a maioria das pesquisas publicadas entre os anos de 1996 e 2008, e incluem a medição de literacia financeira e de conhecimento financeiro.

Huston (2010) utiliza como estratégia para chegar ao seu objetivo a abordagem da validação de um constructo (ideia ou teoria que contem vários elementos concetuais, tipicamente subjetivos), que envolve uma análise de 4 aspetos, sendo eles a definição do constructo, o seu conteúdo, o método de medição e o procedimento de pontuação.

Na definição do constructo é suposto averiguar se os estudos contêm uma definição específica do conceito que mede, e também se o termo de literacia financeira se confunde nos trabalhos com o de conhecimento financeiro. Para o conteúdo a autora destacou quatro categorias sendo elas: noções básicas de finanças pessoais (como valor temporal do dinheiro e poder de compra), conceitos sobre o tema de empréstimos (como cartões de crédito, empréstimos e hipotecas), conceitos de poupança e investimento (como ações, obrigações, fundos mútuos e poupanças reforma), e por último conceitos de proteção (como seguros, planos de impostos e produtos de risco). Já para avaliar o método de medição foi analisado o número de itens incluídos para medir literacia/conhecimento financeiro especificamente, e ainda averiguou como os dados foram recolhidos (entrevista por telefone ou pessoal, se por pesquisa de internet ou de artigos ou sem formato específico). Para as questões de classificação foi averiguado se algum critério foi aplicado para interpretar resultados de modo a indicar quem seria ou não financeiramente letrado.

Um dos destaques do estudo de Huston (2010) traduziu-se numa grande variação do número de itens utilizados, nos 71 estudos, para medir a literacia financeira, sendo que essa variação registou de 3 itens a 68 itens, no entanto a média, a moda e a mediana registaram valores mais contantes, respetivamente de 16, 10 e 13. A autora conclui que o número de questões/itens sobre os quais deverá ser medida a literacia financeira deverá estar compreendido entre 12 a 20. É aqui percebido que ao longo de diversos estudos a variabilidade das formas como se mede a literacia financeira diverge bastante, e mais uma vez reforça-se a importância que terá uma padronizada forma de medição da mesma, para que os resultados sejam comparáveis e generalizadamente aceites e interpretados para as melhores políticas serem elaboradas e postas em ação para um tão pretendido bem-estar coletivo.

Uma outra ilação de Huston, 2010 foi que numa proporção de 10 estudos, 9 não apresentavam um indicador de se o indivíduo seria ou não financeiramente letrado, os que apresentavam esse indicador dividiam-se na avaliação do mesmo entre um limite de literacia, isto é, acima de tal valor são financeiramente letrados, e outros, em menor escala, atribuíam um sistema de notas para interpretar os resultados da medição, como consoante as respostas e dependendo da quantidade acertada equivale a uma de 5 escalas de A a E, por exemplo, e a cada escala associavam-se certo tipo de conclusões.

O tamanho da amostra a ser analisada também se demonstrou tencionada a variar bastante, desde um estudo com uma amostra de 42 pessoas a outro estudo com amostra de 12140 pessoas, no entanto a média desses 71 estudos por ela revistos correspondeu a 1575 pessoas.

Após a análise desses 71 estudos, Huston, 2010 também sintetizou 3 dos obstáculos que para ela impediriam uma padronização de uma medida de literacia financeira, sendo eles:

1. Definição de um constructo de literacia financeira – cerca de três quartos dos estudos não possuíam uma definição de literacia financeira, e confundiam a mesma com conhecimento financeiro, e com isto limita-se a hipótese de comparar e avaliar diferentes níveis de literacia, assim como analisar o seu verdadeiro impacto para um bem-estar financeiro.

2. O conteúdo dos instrumentos de medição – apenas um quarto dos estudos incluía todas as 4 categorias descritas de finanças pessoais, não existindo assim uma abordagem que abranja todo o conteúdo relevante.

3. Interpretação da medição – a maioria dos estudos não inferia sobre o indivíduo ser ou não financeiramente letrado, dificultando a interpretação dos resultados da medição.

Na realidade Portuguesa, como referência para a medição temos os já antes mencionados e brevemente explicados Inquéritos à Literacia Financeira da População Portuguesa, nos anos de 2010 e 2015. De forma a que abrangessem várias dimensões que se associam ao conceito de literacia financeira, o Inquérito de 2010 abarcou o diagnóstico de comportamentos financeiros (como critérios de escolha de empréstimos ou frequência e forma de controlo da conta bancária), atitudes (como a motivação para poupar e qual a importância dada a planear o orçamento familiar) e conhecimentos financeiros (focando em quais as fontes de informação de produtos bancários eram mencionadas e na compreensão de conceitos financeiros).

Para esse efeito, o Banco de Portugal (2011b) estruturou um questionário com 94 perguntas de escolha múltipla, sendo que essas questões incidiam sobre as seguintes temáticas: inclusão financeira, gestão de conta bancária, planeamento de despesas e poupança, escolha de produtos bancários, escolha e conhecimento das fontes de informação e, por fim, compreensão financeira. Realizaram-se 2000 entrevistas, porta a porta, a população residente em Portugal com idade superior a 16 anos, em todo o território nacional, entre Fevereiro e Março de 2010, onde a duração das entrevistas foi uma média de 45 minutos.

Foi um questionário denso e “comprido”, mas no seu relatório dizem ser inevitável a extensão do mesmo, de modo a que se possam avaliar todas as componentes supra mencionadas, e daí ser impossível proceder a uma eliminação significativa do número de questões sem que se

perdesse capacidade de avaliar a literacia financeira dos portugueses nas três componentes – comportamentos, atitudes e conhecimentos.

Como reconhecido internacionalmente, e pelo Banco de Portugal (2016), é de grande relevância acompanhar a evolução dos níveis de literacia financeira, é importante não apenas medir os mesmos como também é importante comparar e acompanhar a evolução desses níveis, de modo a que sejam percebidas mudanças comportamentais e possíveis resultados de ações decorridas ou em curso, assim como se percebam influências do contexto social e económico sobre as decisões financeiras, algumas razões pelas quais em 2015 decorreu o 2º Inquérito à literacia financeira da população portuguesa.

Em 2015 o questionário incluiu 102 perguntas também de escolha múltipla, e de forma a abranger as 3 mesmas vertentes de 2010, de forma semelhante a 2010 as questões foram organizadas em 5 temáticas, sendo elas: a inclusão financeira, o planeamento do orçamento familiar e poupança, escolha e gestão de produtos financeiros, escolha e conhecimento de fontes de informação e ainda sobre conhecimentos financeiros. Foram elaboradas nesse ano, 1100 entrevistas porta a porta, entre maio e junho, em todo o território nacional, tendo em média as mesmas cerca de 42 minutos. De forma distinta a 2010, este 2º relatório, além de introduzir questões usadas no primeiro sobre inclusão financeira e sobre produtos bancários, permitindo dessa forma uma mais precisa comparação de resultados, com a participação da CMVM e da ASF o questionário de 2015 adicionou perguntas relativas ao mercado de capitais e a seguros, isto para além do diferencial de em 2015 se analisarem as *core questions*⁵ desenvolvidas pela INFE, que permitiu que se pudesse conhecer o posicionamento de Portugal face a outros países que também participem nesse exercício de comparação internacional.

Na época da sua publicação a OCDE (2005) já chamava atenção para a impossibilidade de comparação internacional dos níveis de literacia financeira, assim como de comparação temporal no mesmo país, quer por falta dessa mensuração de literacia financeira, quer por falta de outros dados que possam ajudar a ser construído esse método de medição, e que não são acessíveis ou fornecidos de igual forma para uma construção temporal e internacional consistente.

⁵ As *core questions* são questões desenvolvidas pela INFE, que por muitos são consideradas como essenciais para medição e futura comparação dos níveis de literacia financeira a nível internacional, sendo que estas podem ser observadas em: Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD). (2015). OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion.

E então, com grande relevância, abordaremos a medição da literacia financeira pelo GFLEC, visto ser de um dos seus trabalhos que iremos usar os dados para cálculos econométricos referentes ao grau de literacia financeira por diversos países. E Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), consideram que é na *Pesquisa Global de Literacia Financeira da Standard & Poor's Ratings Services* que se encontra a mais completa, atual e global forma de medição. Nessa pesquisa global foram entrevistados mais de 150 mil adultos por 148 países, que contou para além do GFLEC com a parceria da *GALLUP* e do *World Bank*. A referida pesquisa cobriu 4 tópicos sendo eles os seguintes:

1. Numeracia;
2. Composição de Juros;
3. Inflação;
4. Diversificação do Risco.

O individuo seria considerado financeiramente letrado se conseguisse responder a pelo menos 3 de 5 questões, dos 4 conceitos financeiros acima descritos, (ver Anexo 1) corretamente. Nos seus resultados encontra-se que somente 1 pessoa em cada 3 é financeiramente letrado. Onde a Noruega, Dinamarca e Suécia são os 3 países que lideram a tabela, (ver Anexo 2), como aqueles com maior literacia financeira, e no lado oposto temos o Afeganistão, a Albânia e o Líbano como os países com a pior percentagem de literacia financeira. Portugal apresenta uma mera percentagem de 26% da sua população como financeiramente letrada, sendo dos valores mais baixos registados na Europa, contrastando consideravelmente com o Norte da mesma.

De acordo com Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), também desta Pesquisa Global de Literacia Financeira da *Standard & Poor's*, corroboram-se os perfis quer daqueles com menos literacia quer daqueles que maior nível têm, indo ao encontro do que expusemos num capítulo anterior, onde as mulheres, os menos afortunados, e aqueles com menor escolaridade são aqueles que tendem a mais carecer de literacia financeira, tanto em países desenvolvidos como nos que estão em desenvolvimento. Também independente do país e do seu grau de desenvolvimento, aqueles que se mostram mais letrados financeiramente tendem a usar serviços financeiros, e possuir um maior conhecimento financeiro, independentemente do seu rendimento, dado que mesmo os indivíduos com menos rendimentos, que possuam conta bancária demonstram-se mais letrados do que aqueles que se mantêm longe dos serviços bancários, assim como aqueles com maior rendimento mostram com melhores e maiores habilidades aquando confrontados com o sistema bancário. Daí podemos retirar que com maior literacia

financeira aumenta a inclusão financeira, mas que também a inclusão financeira tende a tornar as pessoas mais desenvoltas financeiramente.

E de modo a finalizarmos este capítulo e os temas que consideramos importantes acerca da literacia financeira, também em Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), nos é dito que a pesquisa infra mencionada poderia e deveria ser usada por académicos, governantes e financiadores, visto que a mesma avaliou a literacia financeira por todo o mundo, e desse modo demonstraria quais as competências financeiras mais fortes como onde as mesmas estariam mais ausentes, e a partir desses resultados seria possível elaborar políticas e programas que fomentassem o bem-estar financeiros das populações em redor do mundo.

2.6.O CONSUMO E A LITERACIA FINANCEIRA

Finalizada a análise da revisão de literatura apenas relacionada com a literacia financeira, importa agora perceber como podemos utilizar essa literacia para analisar comportamentos no consumo das famílias, nomeadamente que tipo de influência ela exerce nesse consumo.

No Relatório de Supervisão Comportamental de 2010, do Banco de Portugal (2011a), é defendido que a promoção da literacia financeira deva ser encarada como um relevante complemento à regulamentação dos mercados, visto que potenciará a eficácia das normas de regulação e reforçará a proteção dos consumidores. Mas porquê dissertar sobre a sua influência no consumo é o que infra tentaremos explicar.

Optamos por analisar a sua influência no consumo das famílias dado que o consumo se traduz na maior fatia do PIB, sendo este encarado como ponto base de uma economia pois é o que faz mover a mesma, uma vez que se relaciona direta e indiretamente com as outras áreas. E de modo a que se tente eliminar maus comportamentos, más decisões, maus programas educacionais financeiros, e más políticas que desencadeiem crises nacionais e internacionais, faz-se necessário, para além de tudo o que foi dito nos capítulos anteriores, estudar qual o poder que a literacia financeira tem numa área tão fulcral de qualquer economia, como é a do consumo.

O conceito do consumo é dos termos mais do “senso comum” que existe, isto é, todos conseguimos entender o pressuposto do consumo, na linguagem comum o consumo será “o que gastamos para adquirir bens e serviços”. Numa definição não muito diferente da do “senso comum”, começamos pela oferecida na teoria *Keynesiana*, por muitos autores considerada como a mais simples

e intuitiva teoria do consumo, na qual Keynes (2018)⁶, alude que o consumo, de uma forma simplificada, se traduz no valor dos bens vendidos aos consumidores durante um determinado período de tempo. Sentimos a necessidade de referir que na análise da literatura relativa ao consumo, foi perceptível que o mesmo se vê constantemente ligado ao conceito de poupança, e no nosso trabalho essa relação entre ambos será também bastante abordada. Dito isto, Keynes (2018), ao definir a poupança constata que a mesma será o excesso do rendimento sobre o consumo, isto é, será a parte do rendimento que não será usada para consumo.

Em Alexandre et al. (2011), num artigo sobre a poupança em Portugal, encontramos que na Contabilidade Nacional a poupança trata da parte do rendimento disponível do país que não é utilizada para despesas de consumo, quer pelos particulares quer pelo Estado, ou seja, a poupança nacional será a soma das poupanças dos particulares (Famílias e Instituições sem fins lucrativos – ISFL), das empresas (Sociedades financeiras e Sociedades não financeiras) e do Estado. Já a poupança das famílias, pelo Sistema de Contabilidade Nacional, será a diferença entre o rendimento disponível das mesmas e a sua despesa de consumo final. Nesse mesmo trabalho encontramos as igualdades seguidamente descritas: O Saldo da Balança Corrente é igual à Poupança menos o Investimento; como também; o Saldo da Balança Corrente equivale-se ao Rendimento Disponível subtraindo o consumo e o Investimento. Dessas igualdades podemos desvendar então, e conforme supra dito, que o consumo traduz-se na Subtração da Poupança ao Rendimento Disponível.

Estas últimas igualdades estão incorporadas no trabalho de Keynes (2018), onde demonstrando que a poupança (como resultado de um comportamento coletivo de consumidores individuais) equivale ao investimento (resultado este de um comportamento coletivo de empreendedores individuais), chega às igualdades supra expostas. Sendo, então, a soma da poupança e do consumo igual ao rendimento disponível, subentende-se que o Consumo e a Poupança tenham uma relação negativa entre eles, logo a decisão entre consumir ou poupar torna-se uma das mais importantes para o bem-estar das famílias ao longo da vida, e desse modo pressupõe-se que a literacia financeira possa ter um papel fundamental nessa decisão.

Segundo a já mencionada teoria do consumo de Keynes (2018), o consumo aumenta quando o rendimento aumenta, no entanto, esse aumento do consumo será inferior ao aumento do rendimento

⁶ Versão publicada em 2018, do livro originalmente publicado, em 1936, pela Macmillan “*Keynes, J. M. (1936). The general theory of interest, employment and money. Lodon: Macmillan.*”.

disponível. Considerando-se que existe uma relação linear entre o consumo das famílias e o rendimento disponível, surge a Função de consumo seguidamente descrita:

$$C = c + p \cdot RD$$

Onde o consumo das famílias (C) será igual à soma de um valor positivo de um componente fixo e exógeno (c), com o valor resultante da multiplicação entre um valor entre 0 e 1, designado de propensão marginal de consumo (p) e o Rendimento Disponível (RD).

Outras teorias do consumo aparecem na literatura, como a de Friedman (2018)⁷ que analisa não só as possibilidades de consumo no presente – como na teoria *keynesiana* – adicionando também o conflito das mesmas com as possibilidades de consumo no futuro, ou seja, analisa o comportamento de um indivíduo cujo consumo terá em consideração o seu rendimento corrente, mas também a sua riqueza e o seu rendimento futuro. O autor conclui que o consumo deve variar consoante a função de “rendimento permanente” de um indivíduo, englobando os seus rendimentos do presente, assim como os rendimentos que o mesmo espera receber no seu horizonte temporal. É nesta visão que as taxas de juro entram como variável a ter em conta, pois traduzem-se elas no custo de antecipação do consumo, essa antecipação surge quando um indivíduo tem a expectativa de receber rendimentos mais elevados no futuro do que no presente, tendendo assim a consumir no agora mais do que “poderia” por causa desses rendimentos futuros.

Modigliani e Brumberg (1954) apresentam um modelo análogo ao de Friedman, onde à visão deste último, adicionam um perfil de rendimento ao longo da vida de um indivíduo, nascendo posteriormente a “hipótese do ciclo de vida”, que nos diz que o rendimento dos indivíduos tende a desenhar-se em forma de U invertido, ou seja, baixo no início de vida ativa, alto na fase intermédia e consideravelmente baixo na reforma. Contrariamente ao desenho do rendimento, o nível de consumo que o indivíduo tencionará manter traduz-se num nível razoavelmente estável.

Outra variável que ganha relevância, para a poupança e conseqüentemente para o consumo, nestas teorias de Friedman (2018) e Modigliani e Brumberg (1954), é a incerteza dos indivíduos quanto ao seu futuro e quanto a possíveis quebras no rendimento – como exemplo a possibilidade de desemprego. Outro fator muitas vezes tido em conta como importante na explicação de comportamentos no consumo e na poupança e referenciado no trabalho de Alexandre et al. (2011), é a taxa de crescimento real do PIB, nomeadamente pela sua correlação com a poupança.

⁷ Livro originalmente publicado em 1957.

Abordadas as teorias de consumo que achamos pertinentes, de seguida apresentaremos alguns conceitos que dizem respeito ao consumo, nomeadamente julgamos pertinente definir brevemente o consumo público segundo a ideia de Barro (1981), onde o que importa para os consumidores é o seu consumo efetivo, incluindo estas despesas públicas e privadas, e que desse modo tenham em consideração as despesas públicas aquando tomem as suas decisões de despesa.

Agora, e porque o nosso trabalho concerne ao consumo das famílias, importa-nos definir o consumo Privado⁸, que corresponde o mesmo à despesa de consumo final das famílias e das ISFL. Ainda podemos encontrar na contabilidade Nacional a definição de despesa de consumo final, definindo-se esta como a “despesa efetuada pelas unidades institucionais residentes com bens ou serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades ou desejos individuais ou de necessidades coletivas de membros da coletividade. A despesa de consumo final pode ser efetuada no território nacional ou no estrangeiro.” Conceitos e descrições encontradas no site da *PORDATA*.

Abordaremos na nossa dissertação a despesa de consumo final das famílias e alguns tipos específicos de despesa de consumo que abrangerão a distinção entre bens duradouros (que não se destroem com a sua utilização, apenas “desgastam”) e bens não duradouros (que se destroem física ou economicamente após utilização). Uma variedade de bens duradouros, são contabilizados como despesa de consumo final no seu ano de aquisição, no entanto as famílias usufruem da utilização dos mesmos por vários anos, como o exemplo da compra de automóveis, assim como a despesa em educação que também é calculada como consumo no ano de aquisição, e na visão de Alexandre et al. (2011), este tipo de bens e “serviços” consumidos não estarão longe do que se entende de bens de investimento, percebendo-se que também este tema sofre de choque de ideias.

Por fim, achamos pertinente elencar a classificação, encontrada em *PORDATA*, do Consumo Individual por Objetivo, isto é, segundo termos de contabilidade, o tipo de despesas de consumo que as famílias exercem, sendo as mesmas as seguintes:

1. Despesa em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas;
2. Despesa em bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos;
3. Despesa em vestuário e calçado;
4. Despesa em Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis;

⁸ Definição encontrada em *PORDATA*, segundo o Sistema Europeu de Contas.

5. Despesa em mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação;
6. Despesa em saúde;
7. Despesa em transportes;
8. Despesa em comunicações;
9. Despesa em lazer, recreação e cultura;
10. Despesa em educação;
11. Despesa em restaurantes e hotéis;
12. Despesa em bens e serviços diversos.

O Relatório de Supervisão Comportamental de 2010, do Banco de Portugal (2011a) relata que os mercados financeiros têm vindo a oferecer uma maior diversidade e complexidade de produtos e serviços. Os avanços tecnológicos têm encaminhado a inovação para os diferentes segmentos de mercado, originando uma maior concorrência dentro dos mesmos, essa concorrência potencia a que sejam oferecidos cada vez mais produtos e serviços com um grau de complexidade e de risco elevado, que não serão de fácil perceção. Esse maior e mais generalizado acesso dos consumidores a produtos e serviços financeiros requer uma exigência maior na tomada de decisões financeiras pelos mesmos. Dito isto, Perry (2008) conclui que é de comum acordo entre uma maioria dos que estudam a literacia financeira que os consumidores não têm o nível de literacia financeira necessária, para que segundo os seus próprios interesses, decidam financeiramente da melhor maneira.

Trataremos agora, e revista a literatura que acreditamos ser suficiente e a adequada para o nosso trabalho, de nos debruçar e focar na seguinte questão: tem a literacia financeira influência no consumo das famílias?

3.Dados e Metodologia

3.1.OBJETIVOS DA ANÁLISE

Na revisão de literatura aprofundamos o estado atual do conhecimento acerca da literacia financeira, tendo-se evidenciado que, apesar do esforço de conceptualização empreendido pela academia e por instituições nacionais (como pelo Banco de Portugal) e internacionais (exemplo da OCDE, FMI), não existem conceitos e formas de medição com aceitação e uso generalizado. Existem inúmeros conceitos e respetivas medidas, mas não existe uma harmonização internacional que possibilite a difusão

periódica de indicadores transnacionais, permitindo a construção de painéis de dados, essenciais para o desenvolvimento de uma investigação mais aprofundada. Na medida em que pretendemos analisar o impacto da literacia financeira no consumo das famílias, a inclusão das variáveis consumo e literacia financeira torna-se obrigatória; portanto, os dados disponíveis para estas variáveis condicionam, de modo indelével, todo o estudo empírico.

Além do consumo e da literacia financeira, a base de dados que desenvolvemos incluiu a taxa de juro, a taxa de inflação, a taxa de desemprego e o PIB *per capita*. Não partimos de nenhum modelo existente, dado que não encontramos nenhum trabalho que se tivesse debruçado sobre o mesmo assunto. A adição destas variáveis justifica-se como forma de seguir os conselhos encontrados na literatura, como em Guo e N'Diaye (2010), cujo trabalho mede os principais determinantes do consumo privado da China em relação ao PIB, o mesmo avalia o impacto do crescimento real do PIB, das taxas de juro reais e da inflação na dinâmica do consumo privado na China. Também Alexandre et al. (2011) defendem no seu trabalho que os principais fatores, evidenciados na literatura económica, que têm impacto na taxa de Poupança, e por associação no consumo, são “o crescimento económico, a taxa de desemprego, a dinâmica demográfica, as taxas de juro e de inflação, a riqueza das famílias, e o desenvolvimento do sistema financeiro e do Estado Social.”

Neste contexto, passaremos a uma caracterização mais pormenorizada dos dados, na sua forma original.

3.2.DADOS E PERÍODO DE TEMPO

Nesta dissertação que pretende analisar a influência da literacia financeira sobre o consumo das famílias no século XXI, trataremos dados relativos apenas do ano 2014, dado que a opção pelo relatório elaborado por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), remete para a fixação do período de referência no ano de 2014. Refira-se que não existiam opções face à limitação do estudo, em adotar apenas 1 ano como período de referência, pois não existiam, para a literacia financeira, dados referentes, nem que fosse, a dois anos consecutivos. Prevê-se desde já que os resultados obtidos na estimação dos modelos, se apresentem e relatem uma “fotografia” das variáveis nesse ano, e daí não poderemos tirar conclusões tão vastas como pretendíamos à partida.

A indisponibilidade de algumas observações para alguns países da União Europeia, para o ano de 2014, nalguma das variáveis do vetor selecionado, levou a que considerássemos 22 países dessa região, nomeadamente, Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia,

França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa e Suécia.

Um resumo da designação das variáveis e das fontes dos dados a utilizar nos modelos econométricos apresenta-se na Tabela 3 infra.

Tabela 3: Identificação e fonte das variáveis constituintes dos modelos econométricos

Variável	Fonte
Literacia Financeira	Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015)
Despesa Consumo Total famílias	OCDE
Despesa Consumo Total na Alimentação	OCDE
Despesa Consumo Total em Transportes	OCDE
Despesa em Consumo Total em Lazer, Recreação e Cultura	OCDE
Despesa do Consumo total em Bebidas Alcoólicas, tabaco e narcóticos	OCDE
Despesa do Consumo total em vestuário e calçado	OCDE
Despesa do Consumo total em contas dia a dia da casa	OCDE
Despesa do Consumo total em mobília, eletrodomésticos e decoração	OCDE
Despesa do Consumo total em Saúde	OCDE
Despesa do Consumo total em Comunicações	OCDE
Despesa do Consumo total em Educação	OCDE
Despesa do Consumo total em Restauração e Hotelaria	OCDE
Despesa do Consumo total em bens e serviços diversos	OCDE
PIB per capita	World Development Indicators
Taxa de Desemprego	World Development Indicators
Taxa de Inflação	World Development Indicators
Taxa de Juro	OCDE

Fonte: Elaboração Própria

De forma a oferecermos uma análise mais completa dos modelos econométricos, apresentamos de seguida uma breve explicação de cada uma das variáveis, assim como uma análise da estatística descritiva da amostra e ainda a matriz de correlação das variáveis explicativas.

3.2.1. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS DOS MODELOS

Variáveis relativas ao Consumo:

Por razões que serão esclarecidas mais adiante na definição das variáveis, recolheram-se dados referentes à despesa de consumo total das famílias e suas componentes, nomeadamente, despesas de consumo em bens e serviços suscetíveis de serem agrupados de acordo com uma função. Neste sentido, tem-se a despesa de consumo total em alimentação; transporte próprio; cultura e recreação; bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos; vestuário e calçado; contas do dia-a-dia da casa; mobília, eletrodomésticos e decoração; saúde; comunicações; educação; restauração e hotelaria; e bens e serviços diversos.

Refira-se, antes de mais, que o consumo das famílias não coincide, necessariamente, com as despesas de consumo, na medida em que existem bens e serviços de que as famílias beneficiam, para os quais não incorrem em despesa; designadamente, os proporcionados pelo Estado Social. Este facto, deve ser incorporado nas análises posteriores.

Os dados das variáveis dependentes foram todos obtidos a partir da base estatística da *OCDE*, que de acordo também com a classificação de uma outra base estatística, supra mencionada, *PORDATA*, a sua definição, harmonizada internacionalmente, é a seguinte:

- **Despesa de Consumo Total das Famílias:**

A despesa em Consumo Total das famílias diz respeito à despesa que as famílias fazem para aquisição de bens e serviços, que incluem valores gastos em “alimentação, vestuário e outros bens não duradouros; compras de eletrodomésticos, automóveis e outros bens duradouros; contas de água, eletricidade, gás, comunicações e outros serviços feitos pelas famílias”.

- **Despesa de Consumo Total em Alimentação:**

Esta variável, e conforme a classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA*, inclui as despesas relacionadas com o consumo em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

- **Despesa de Consumo Total em Transportes:**

Esta variável e também conforme a classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA* engloba despesas de consumo na aquisição de veículos, na utilização de veículos para transporte pessoal e em serviços de transporte.

- **Despesa de Consumo Total em Lazer, Recreação e Cultura:**

O consumo em lazer, recreação e cultura pela classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA* abrange as despesas no consumo de equipamento audiovisual, fotográfico, e informático; de outros bens duradouros de base para lazer, recreação e cultura; de outros artigos e equipamentos recreativos, para jardins e animais de estimação; de serviços recreativos e culturais; de jornais, livros e artigos de papelaria; assim como em férias organizadas.

- **Despesa de Consumo Total em Bebidas alcoólicas e Narcóticos:**

Esta variável inclui pela classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA*, a despesa de consumo em bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos.

- **Despesa de Consumo Total em Vestuário e Calçado:**

As despesas de consumo em vestuário e calçado, como próprio nome indica, e pela classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA* abrange o consumo das famílias no que diz respeito à aquisição de vestuário e calçado.

- **Despesa de Consumo Total em Contas do dia-a-dia:**

Esta variável traduz a despesa das famílias em habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, ou seja as contas diárias de uma casa, segundo a classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA* abrange, ou seja aglomera os gastos com as rendas efetivas pela habitação, rendas imputadas à habitação, gastos com manutenção e reparação das habitações, abastecimento de água e outros serviços relacionados com a casa, e por fim inclui gastos em eletricidade, gás e outros combustíveis.

- **Despesa de Consumo Total em Mobiliário, Eletrodomésticos e Decoração:**

A despesa de consumo em Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação, pela classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA*, abrange as despesas das famílias com mobiliário, artigos de iluminação, decoração, tapetes e outros revestimentos para o chão da casa, despesas com têxteis de uso doméstico, equipamento doméstico, vidros, louças e outros utensílios de uso doméstico, ferramentas e equipamentos para a casa e jardim, assim como despesas com bens e serviços para a manutenção corrente da habitação.

- **Despesa de Consumo Total em Saúde:**

Os dados desta variável e de acordo com a classificação da *PORDATA*, englobam as despesas com o consumo em saúde que inclui o consumo em produtos, aparelhos e equipamentos médicos, serviços para doentes em ambulatório e serviços hospitalares.

- **Despesa de Consumo Total em Comunicações:**

A despesa das famílias no consumo em Comunicações inclui segundo a classificação por objetivo descrita em *PORDATA*, os gastos em serviços postais, equipamentos de telecomunicações (telefónicos e telefax), e serviços de telecomunicações das famílias.

- **Despesa de Consumo Total em Educação:**

Os dados desta variável incluem as despesas no consumo com educação, pela classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA*, abrange as despesas das famílias na educação pré-escolar e ensino primário (1º ciclo), no ensino básico (2º e 3º ciclos) e ensino secundário, ensino pós secundário não superior, no ensino superior e ainda no ensino não definível por níveis.

- **Despesa de Consumo Total em Restauração e Hotelaria:**

Esta variável traduz as despesas com o consumo em restaurantes e hotéis, e segundo a classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA*, inclui as despesas das famílias em serviços de refeições e bebidas, e ainda despesas em serviços de alojamento.

- **Despesa de Consumo Total em Bens e serviços diversos:**

Os dados desta última variável dependente, que recai sobre o consumo em serviços e bens diversos, e pelo que consta na classificação do consumo por objetivo encontrada em *PORDATA*, podem dispersar-se entre as seguintes despesas, cuidados pessoais, substituição, artigos de uso pessoal não específicos, proteção social, seguros, serviços financeiros não específicos e outros serviços não específicos.

Literacia Financeira:

Conforme já exposto, não existem séries temporais para a variável, pelo que se optou por utilizar os dados constantes de Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015); um dos relatórios disponíveis sobre uma das investigações mais abrangentes acerca da literacia financeira, *The Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey*, e indo ao encontro da visão destes autores, para um adulto ser considerado financeiramente letrado, terá de responder corretamente a 3 questões de 5, sobre 4 temas financeiros já expostos na revisão bibliográfica. O indicador de literacia financeira corresponde à

proporção de indivíduos letrados, em cada país. (Ver questões traduzidas no Anexo 1 e ranking no Anexo 2).

Taxa de Desemprego:

Os dados da variável da taxa de desemprego foram retirados do *World Bank Indicators (WDI)*, e de acordo com esta fonte o desemprego refere-se à proporção da força de trabalho que está sem emprego, mas procura, estando disponível e apto para tal. A taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos, ou a percentagem de desempregados da população ativa.

Taxa de Inflação:

Outros dados obtidos pela base de dados do Banco Mundial, *WDI*, foram os que utilizamos para a variável da taxa de inflação. Sendo que a inflação se define como a subida contínua e generalizada dos preços dos bens, para esta fonte a mesma é medida em termos de IPC e reflete a variação sentida nos preços de um cabaz de bens que representem o consumo médio das famílias, que pode ser fixa ou pode alterar-se em intervalos específicos de tempo, como o anual.

Taxa de Juro:

Selecionamos a variável da taxa de juro de longo prazo, cujos dados encontrados na base estatística da OCDE, sendo que esta se reporta ao rendimento de títulos públicos; ou seja, ao preço a que os títulos do governo são negociados nos mercados financeiros, com maturidade a 10 anos.

Optou-se por este período de maturidade, pelo facto de representar a média das oscilações diárias durante um grande período de tempo, relevando a sua estabilidade e o seu alisamento implícito, pelo facto do estudo se reportar a apenas um ano (o único ano disponível para o indicador da literacia financeira).

PIB *per capita*:

Os dados do PIB *per capita* foram também retirados do *WDI*, que segundo eles nada mais que traduz o PIB dividido pela população a meados do ano em questão. O PIB é a soma do valor bruto adicionado por todos os produtores residentes na economia, adicionados quaisquer impostos sobre os produtos e retirados quaisquer subsídios não incluídos nos valores dos produtos.

Refira-se que, caso houvesse possibilidade de executar um estudo longitudinal, seria preferível a utilização de taxas de crescimento do PIB. Não sendo possível, considerou-se mais adequada a consideração do nível do PIB *per capita*.

Todas as variáveis de natureza pecuniária foram convertidas ou encontravam-se já expressas em dólares americanos. As conversões foram efetuadas à taxa de câmbio de 30 de julho de 2019.

3.2.2.EFEITO E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

As variáveis foram definidas na secção anterior, restando, apenas, definir o seu papel no modelo, aproveitando para adiantar aspetos relacionados com a notação assumida, que será integrada no modelo econométrico apresentado no final do Capítulo.

Variáveis explicadas

Consumo

A variável que se analisa consiste na estrutura do cabaz de consumo das famílias, ou seja, nas proporções de consumo dos diferentes bens e serviços no consumo total das famílias.

Seja C_{ij} a proporção da despesa das famílias do país j no consumo dos bens ou serviços do grupo i (DC_{ij}) face ao total da despesa das famílias do país j (DC_j), i.e.:

$$C_{ij} = \frac{DC_{ij}}{DC_j}$$

com:

$$DC_j = \sum_{i=1}^{12} DC_{ij}$$

e $i = 1, \dots, 12$, na medida em que existem 12 grupos de bens e serviços de consumo e $j = 1, \dots, 22$, pois há 22 países.

A escolha de se analisar a evolução das proporções da despesa de consumo das famílias em vez dos níveis (logaritmizados ou não) decorre do facto de uma das consequências da literacia financeira consistir na capacidade de reafecção dos recursos financeiros, no sentido de otimização dos níveis de bem-estar.

Neste sentido, consideramos um construto de 12 variáveis explicadas.

Variáveis explicativas

As variáveis explicativas encontram-se definidas na secção anterior, e correspondem a:

- F_j , notação assumida para a Literacia Financeira no país j ;
- U_j , notação assumida para a Taxa de Desemprego no país j ;
- Π_j , notação assumida para a Taxa de Inflação no país j ;
- R_j , notação assumida para a Taxa de Juro no país j ;
- Y_j , notação assumida para o PIB *per capita* no país j ,

relembrando que $j = 1, \dots, 22$.

Para a nossa análise, e como já mencionado previamente, não nos baseamos em nenhum modelo existente, sendo assim os 12 modelos que estimaremos, seguem uma forma *Ad Hoc*, isto significa que serão modelos especificamente criados por nós, de forma propositada, nomeadamente com a variável de literacia financeira como explicativa.

Onde, e sendo as variáveis análogas a todos os modelos:

- *Literacia Financeira* representa o valor percentual do número de adultos considerados financeiramente letrados, sendo esperada uma relação positiva entre a literacia financeira e os comportamentos dos consumidores financeiros segundo De Meza, Irlenbusch e Reyniers (2008), ou seja, pressupõe-se que o consumo baixe com o aumento da literacia financeira. Visão compartilhada também por Bucher-Koenen e Lusardi (2011), que no seu estudo empírico da economia alemã, concluem a existência de relação positiva entre a literacia financeira e o planeamento das poupanças para a reforma, subentendendo-se que com o aumento da poupança, o consumo diminua; e por Lusardi e Mitchell (2014) onde defendem que numa abordagem convencional para decisões económicas de consumo, é requerido que um indivíduo financeiramente letrado consuma menos que o seu rendimento disponível, de forma a economizar (aumento da poupança) para, caso necessário, satisfazer necessidades aquando rendimento diminuir;
- *Taxa de Desemprego* representa como o nome indica a taxa de desemprego, que fará aumentar o consumo caso a mesma desça, essa relação inversa é corroborada por Keynes (2018) pois segundo o mesmo com o aumento do emprego, e conseqüente

diminuição da taxa de desemprego, espera-se que o consumo aumente, pois se o nível de emprego subir e com isso o rendimento das famílias aumentar, a propensão a consumir das mesmas tende também a crescer.

- *Taxa de Inflação* representa a inflação em termos de Índice de Preços no Consumidor (IPC), que pela perspectiva de Aruoba e Schorfheide (2011) esta penaliza o consumo das famílias, pelo seu impacto negativo no poder de compra das mesmas, dado que com a subida dos preços a tendência do consumo, e que inversamente se os preços descerem seria suposto a riqueza das famílias aumentar e com ela a propensão de consumo.
- *Taxa de Juro* representa a taxa de juro a longo prazo, cujo efeito desta se apresenta ambíguo no impacto da mesma sobre o consumo corrente, pois como dito em Bayar e Mc Morrow (1999) refletem o efeito positivo do rendimento e em oposição refletem o efeito de substituição negativo. Depende se se olha para a taxa de juro enquanto devedor ou credor pois os efeitos no consumo serão distintos nos distintos papéis. Mas de um modo geral defendem Bayar e Mc Morrow (1999) que um aumento das taxas de juro tendem a reduzir o consumo agregado, pelo seu impacto na riqueza das famílias. Também Barro (1981) defendia que um aumento da taxa de juro real originava um adiamento do consumo do presente para o futuro,
- *PIB per capita* representa o PIB *per capita* no ano de 2014, em dólares americanos, e segundo Modigliani (1966) captura comportamentos de poupança em diferentes etapas de desenvolvimento. Já Adedeji e Adegboye (2013) prevêm que o PIB influencie negativamente o consumo.

Em concordância com a revisão de literatura supra, apresentamos de seguida na Tabela 4, o impacto expectável que as variáveis independentes dos modelos causam no consumo das famílias, mais especificamente, na estrutura de cabaz do seu consumo, dado que um rearranjo implica variações positivas e negativas que acabam por se compensar. No entanto, o facto de influenciarem, todas, o consumo, significa que, também, influenciam o rearranjo do cabaz.

Tabela 4: Sinal Esperado das Variáveis Explicativas

Variáveis Explicativas	Fonte	Autores	Sinal Esperado
Literacia Financeira	Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015)	De Meza, Irlenbusch e Reyniers (2008)	-
		Bucher-Koenen e Lusardi (2011)	
		Lusardi e Mitchell (2014)	
Taxa de Desemprego	<i>World Development Indicators</i>	Keynes (2018)	-
Taxa de Inflação	<i>World Development Indicators</i>	Aruoba e Schorfheide (2011)	-
Taxa de Juro	OCDE	Bayar e Mc Morrow (1999)	+/-
		Barro (1981)	-
PIB <i>per capita</i>	<i>World Development Indicators</i>	Modigliani (1966)	+/-
		Adedeji e Adegboye (2013)	-

Fonte: Elaboração Própria.

3.3. MODELO ECONOMETRICO

Para analisar o impacto da literacia financeira no consumo das famílias, estimamos os modelos de regressão múltipla:

$$C_{ij} = \beta_0 + \beta_1 F_j + \beta_2 U_j + \beta_3 \Pi_j + \beta_4 R_j + \beta_5 Y_j + \varepsilon_j$$

tal que $i = 1, \dots, 12$ e $j = 1, \dots, 22$ e onde as variáveis assumem as designações acima descritas.

O modelo será estimado pelo método dos mínimos quadrados ordinários, método este onde as estimativas minimizam a soma do quadrado dos resíduos, sendo apropriado também para estimar os parâmetros do modelo econométrico, entre outras propriedades do mesmo. Utilizando o programa econométrico *STATA* usaremos o modelo de regressão linear acima exposto, cujo mesmo permitirá fazer previsões para as variáveis explicadas (dependentes), tendo em conta duas ou mais variáveis explicativas (independentes).

Pelo método MMQ, além de estimar os modelos, iremos também realizar testes de significância individual da variável explicativa referente à literacia financeira para cada modelo, como também serão realizados testes de significância global de modo a avaliar a bondade de ajustamento do modelo. Já para termos noção acerca da eficiência do modelo averiguaremos a existência de multicolineariedade e de heteroscedasticidade. Na estimação dos modelos pretendemos averiguar se existe concordância entre o sinal esperado para os coeficientes e o sinal verificado na estimação, além de percebermos qual o impacto que terão as variáveis explicativas escolhidas sobre a variável dependente.

4. Análises e Resultados

Este capítulo tem como objetivo principal responder à questão por nós proposta sobre a influência da literacia financeira no consumo das famílias, e como já explicado anteriormente, trataremos de estimar 12 modelos dos diferentes tipos de despesa de consumo e perceber qual a diferença sentida entre os mesmos no que diz respeito ao impacto da literacia financeira das famílias.

4.1. ANÁLISE DOS DADOS DA AMOSTRA

Antes de passarmos aos resultados dos modelos, importa ainda analisarmos a estatística descritiva dos dados da amostra, assim como analisar a matriz de correlação entre as variáveis explicativas.

4.1.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Achamos importante de seguida apresentar a estatística descritiva das variáveis, e fazer uma breve análise da mesma, apresentada na Tabela 5, contendo a análise descritiva dos dados de todos os modelos. Como foi já referido o período em estudo na nossa dissertação será apenas do ano 2014, e melhor do que nunca com a estatística descritiva poderemos analisar melhor a “fotografia” desse ano através do resultado obtido pelas diferentes variáveis.

No que respeita às proporções das despesas de consumo em bens e serviços específicos no total destas despesas, as contas diárias da casa, que remetem para bens essenciais das rotinas quotidianas das famílias (habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis), são as maiores, representando, em média 23,49%. Seguem-se a alimentação (14,11%), os transportes (12,63%) e os bens e serviços diversos (10,46%) (Figura 3).

No extremo oposto, tem-se a educação (1,13%), as comunicações (2,68%), a saúde (3,9%) e o vestuário e calçado (4,76%). Apesar da educação e da saúde constituírem grupos de bens e serviços

extremamente importantes, a despesa no seu consumo é extremamente baixa, explicando-se pela divergência que existe entre consumo e despesa em consumo, em economias com Estado Social (Figura 3).

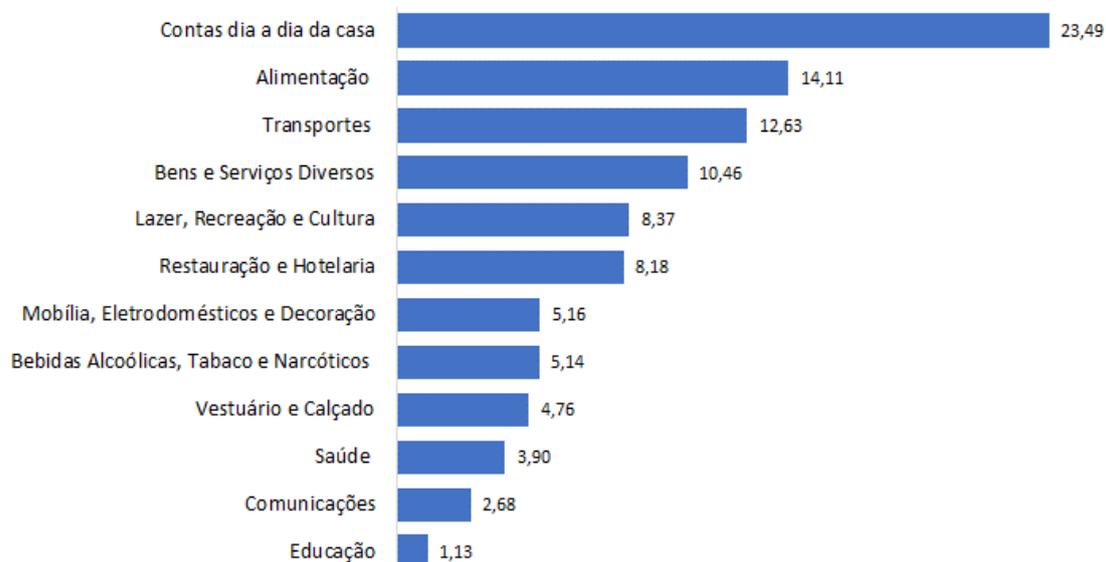


Figura 3. Média das proporções das despesas de consumo das famílias por grupo de bens e serviços (Unidade: %); Fonte: Elaboração Própria, STATA.

Podemos concluir que, no ano de 2014, a média da percentagem de adultos financeiramente letrados na amostra era de 53%, e que a variação entre o valor mínimo de 26% (registado em Portugal) e o valor máximo 71% (na Suécia e Dinamarca) é consideravelmente grande, sendo a variável que apresenta das maiores diferenças entre os valores extremos, fazendo prever que ainda muito se pode fazer de modo a colmatar essa disparidade sentida entre as economias, com o objetivo de equilibrar (para valores mais altos) o nível de literacia financeira da população adulta.

A taxa de desemprego nesse ano entre os países da amostra manteve-se aproximadamente nos 10.39%, sendo que a variação sentida entre as economias estudadas, entre 4.98% (Alemanha) e 26.49% (Grécia), também se faz depender do contexto que era vivido nesse ano, onde alguns países enfrentavam ainda as consequências da crise financeira vivida. Já a taxa de inflação manteve-se em média entre os países em análise, em 0.29%, valor esse positivo se observarmos que entre uma deflação no valor mínimo de -1,31% (valores negativos que consistem numa descida dos preços, encontrado este na Grécia) e 1.61% de inflação (na Áustria), o valor em média já referido faz perceber baixos valores na taxa de inflação nesse ano, que são valores desejáveis, uma vez que é objetivo dos bancos centrais dos diferentes países reduzir e estabilizar esta taxa.

No que diz respeito à taxa de juro de Longo Prazo, percebemos que em 2014 a mesma entre os países da amostra manteve-se em média no 2.5%. A variação entre o valor mínimo de 1.16% (Alemanha) e o valor máximo de 6.93% (Grécia) ainda é considerável. Podemos perceber que mesmo com uma discrepância entre os dois valores opostos, a média se mantém bastante mais próxima do valor mínimo. Constatamos também que a Grécia tem apresentado com frequência valores menos desejáveis pelas variáveis, facto que pode ser explicado pela altura "pós crise", crise essa que afetou bastante o país em questão.

O PIB *per capita*, em média à data estava nos 39473.84\$ americanos. Esta variável apresenta também uma pesada distância entre o valor mínimo de 14197.84\$ (Hungria) e o valor máximo de 118823.65\$ (Luxemburgo), sendo essa discrepância de cerca de 104626\$. Sendo percebido também que o valor máximo nesta variável é o que aparenta ser mais "exceção", visto que a média se encontra num valor mais próximo ao valor mínimo.

Podemos ver de forma resumida, na Tabela 5 infra, o que acabamos de analisar.

Tabela 5: Estatística Descritiva das Variáveis dos Modelos Econométricos (Unidade: %, exceto PIB per capita: \$ americanos)

Variável	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Despesa Consumo Total na Alimentação / Consumo Total	14,11	13,33	8,44	23,12	3,76
Despesa Consumo Total em Transporte Próprio / Consumo Total	12,63	12,33	7,8	16,36	1,9
Despesa Consumo Total em Cultura e Recreação / Consumo total	8,37	8,55	4,59	11,14	1,88
Despesa Consumo Total em Beb. Alcoó. E Narcóticos / Consumo Total	5,14	4,37	3,14	9,5	1,92
Despesa Consumo em Vestuário e Calçado / Consumo total	4,76	4,75	3,27	6,29	0,9
Despesa Consumo Total em Contas do dia a dia / Consumo Total	23,49	23,83	16,74	29,52	3,07
Despesa Consumo Total em Mobiliário e Decoração / Consumo Total	5,16	5,14	3,2	6,59	0,87
Despesa Consumo Total em Saúde / Consumo Total	3,9	4,03	1,66	6,19	1,09
Despesa Consumo Total em Comunicações / Consumo Total	2,68	2,57	1,51	4,39	0,67
Despesa Consumo Total em Educação / Consumo Total	1,13	0,99	0,28	2,83	0,67
Despesa Consumo Total em Restauração e Hotelaria / Consumo Total	8,18	6,98	2,8	15,55	3,62
Despesa Consumo Total em Bens e Serviços Diversos / Consumo Total	10,46	10,46	5,84	13,3	2,09
Literacia Financeira	53	53	26	71	12
Taxa de Desemprego	10,39	8,83	4,98	26,49	5,52
Taxa de Inflação	0,34	0,29	-1,31	1,61	0,64
Taxa de Juro	2,5	2,22	1,16	6,93	1,37
PIB <i>per capita</i>	39473,84	39203,96	14197,84	118823,65	24173,46

Fonte: Elaboração Própria com base nos resultados obtidos do *software* STATA.

4.1.2. CORRELAÇÃO LINEAR ENTRE AS VARIÁVEIS

Importa agora testar a eventualidade das variáveis utilizadas nos modelos se correlacionarem entre si. Para isso apresentamos infra a respetiva matriz de correlação entre as variáveis explicativas dos modelos a estimar. Os valores dos coeficientes de correlação oscilam entre -1 e 1, onde quanto mais próximo o coeficiente estiver dos extremos, maior será a associação linear negativa ou positiva entre as variáveis, respetivamente. Um coeficiente de correlação com valor negativo indica uma relação inversa, isto é quando aumenta uma variável a outra diminui, já a valores positivos se associam relações positivas, ou seja quando uma variável aumenta a outra variável também aumenta.

Dito isto, na Tabela 6, percebemos que a literacia financeira se correlaciona positivamente apenas com a taxa de inflação e com o PIB *per capita*, ambos com um valor que não prevê uma relação linear tão forte, pois são valores positivos “medianos”. Inversamente, mas com semelhantes valores medianos (não próximos a -1), a literacia financeira correlaciona-se negativamente com a taxa de desemprego, indo ao encontro do que Santos e Abreu (2013), Banco de Portugal (2011b), Banco de Portugal (2016) e Worthington (2006) defendiam nos seus trabalhos, onde afirmavam que níveis mais baixos de literacia financeira causariam maior desemprego; e também com a taxa de Juro a longo prazo.

Tabela 6: Matriz de correlação entre as variáveis explicativas

	Literacia Financeira	Taxa de Desemprego	Taxa de Inflação	Taxa de Juro de Longo Prazo	PIB <i>per capita</i>
Literacia Financeira	1,000	-0,47463	0,472504	-0,52737	0,572643
Taxa de Desemprego		1,000	-0,7161	0,658274	-0,33611
Taxa de Inflação			1,000	-0,7364	0,483478
Taxa de Juro de Longo Prazo				1,000	-0,59101
PIB <i>per capita</i>					1,000

Fonte: Elaboração Própria com base nos resultados obtidos do software STATA.

4.2.DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados dos modelos de regressão linear múltipla, estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários, exibem-se na Tabela 8. Antes de nos debruçarmos sobre a sua análise, fazemos referência à qualidade das estimativas obtidas.

4.2.1.QUALIDADE DAS ESTIMATIVAS

A matriz de correlações entre as variáveis explicativas não se trata de um teste, porém proporciona indícios relacionados com o eventual problema de multicolineariedade. No caso concreto, as variáveis exibiram na sua generalidade uma correlação moderada, sendo a mais forte a registrada entre desemprego e inflação (-0.7161), que teoricamente se relacionam inversamente na Curva de Philips de curto prazo. No entanto, a realização do Fator de Inflação da Variância permitiu confirmar a ausência de multicolineariedade, na medida em que, para todas as variáveis explicativas, o valor situou-se muito abaixo do valor crítico de 10 (Tabela 7).

Tabela 7: Resultados dos modelos de regressão linear múltipla

	Literacia Financeira	Taxa de Desemprego	Taxa de Inflação	Taxa de Juro	PIB <i>per capita</i>	Média
VIF	1,73	2,39	2,81	2,88	1,89	2,34
1/VIF	0,57803	0,41841	0,35587	0,34722	0,5291	

Fonte: Elaboração Própria com base nos resultados obtidos do software STATA.

Um outro problema que se deve averiguar consiste no cumprimento da propriedade de homocedasticidade, tendo-se efetuado o teste de *Breusch-Pagan* para essa hipótese nula contra a hipótese alternativa de heteroscedasticidade. Os *p-values* registrados foram sempre acima dos 0,05; ou seja, para esse nível de significância, não se rejeita a hipótese nula (ver na Tabela 8, exposta mais abaixo).

No que respeita à qualidade de ajustamento, utilizamos o coeficiente de determinação R Quadrado, e para a significância global e individual das regressões e respetivas variáveis, empregamos os

tradicionais testes F e t . A este nível, os resultados manifestaram alguma variação qualitativa, que será explorada na análise dos modelos um a um.

4.2.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pretendemos averiguar o efeito da literacia financeira no consumo das famílias. Para o efeito, regressaram-se as proporções da despesa de consumo em bens e serviços específicos C_i , com $i = 1, 2, \dots, 12$, para as variáveis Literacia Financeira (F), Taxa de Desemprego (U), Taxa de Inflação (Π), Taxa de Juro de Longo Prazo (R) e o PIB *per capita* logaritmicados (Y). Deste modo, para cada grupo de despesa de consumo das famílias, obtiveram-se as estimativas para:

$$C_i = \beta_0 + \beta_1 F + \beta_2 U + \beta_3 \Pi + \beta_4 R + \beta_5 Y + \varepsilon_j$$

com:

- C_1 : % despesa de consumo em alimentação;
- C_2 : % despesa de consumo em transportes;
- C_3 : % despesa de consumo em lazer, recreação e cultura;
- C_4 : % despesa de consumo em bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos;
- C_5 : % despesa de consumo em vestuário e calçado;
- C_6 : % despesa de consumo em contas diárias;
- C_7 : % despesa de consumo em mobília, eletrodomésticos e decoração;
- C_8 : % despesa de consumo em saúde;
- C_9 : % despesa de consumo em comunicações;
- C_{10} : % despesa de consumo em educação;
- C_{11} : % despesa de consumo em restauração e hotelaria;
- C_{12} : % despesa de consumo em bens e serviços diversos.

A análise que prossegue debruça-se, inicialmente, de modo muito sumário, sobre as diversas regressões estimadas. No contexto, optou-se por efetuar apenas a análise para as regressões e parâmetros com significância, excetuando, para o caso da literacia financeira, por se tratar da variável crítica do modelo. Dito de outro modo, mesmo quando a literacia financeira não se destacava pela sua significância individual, fez-se referência ao seu parâmetro; o que não aconteceu para as restantes variáveis explicativas.

Os resultados que se analisam, surgem estruturados na infra Tabela 8.

Tabela 8: Modelos de Regressão

Variável	C1	C2	C3	C4	C5	C6
Constante	73,9669 (8,54)	-9,5977 (-1,14)	19,2200 (3,73)	17,2227 (1,73)	0,9202 (0,27)	12,1407 (1,11)
Literacia Financeira	-0,0657 (-1,60)	-0,0541 (-1,36)	0,1072 (4,38)	-0,0261 (-0,55)	-0,0662 (-4,08)	0,1632 (3,13)
Taxa de Desemprego	-0,0863 (-0,85)	-0,2082 (-2,11)	0,0067 (0,11)	-0,1912 (-1,64)	-0,0202 (-0,5)	0,1775 (1,38)
Taxa de Inflação	-2,2193 (-2,33)	0,3105 (0,34)	0,8197 (1,45)	-1,1249 (-1,03)	0,7947 (2,12)	-0,1199 (-0,10)
Taxa de juro	-0,7670 (-1,70)	1,2028 (2,74)	-0,5533 (-2,06)	0,0055 (0,01)	0,0676 (0,38)	-0,9995 (-1,75)
PIB <i>per capita</i>	-5,0696 (-5,91)	2,3164 (2,78)	-1,4854 (-2,91)	-0,8013 (-0,81)	0,6823 (2,02)	0,3287 (0,30)
R Quadrado	0,85	0,45	0,79	0,247	0,595	0,641
R Quadrado Ajustado	0,804	0,279	0,724	0,012	0,469	0,529
<i>p value</i> (F)	0	0,0646	0	0,422	0,008	0,003
<i>p value</i> (BP)	0,0506	0,3664	0,7419	0,8861	0,305	0,7221
Variável	C7	C8	C9	C10	C11	C12
Constante	6,8334 (2,03)	6,3670 (1,03)	5,6977 (2,55)	-0,8262 (-0,27)	-28,1531 (-1,93)	-3,7921 (-0,37)
Literacia Financeira	-0,0413 (-2,59)	-0,0223 (-0,76)	0,0304 (2,86)	0,0054 (0,37)	-0,0192 (-0,28)	-0,0113 (-0,23)
Taxa de Desemprego	-0,0761 (-1,93)	-0,0097 (-0,13)	0,0042 (0,16)	0,0549 (1,53)	0,4870 (2,84)	-0,1386 (-1,15)
Taxa de Inflação	-0,1844 (-0,5)	-0,3297 (-0,49)	-0,5345 (-2,18)	0,3466 (1,03)	2,5392 (1,58)	-0,3206 (-0,28)
Taxa de juro	-0,3651 (-2,08)	-0,0816 (-0,25)	0,1272 (1,09)	0,2805 (1,76)	1,1040 (1,45)	-0,0210 (-0,04)
PIB <i>per capita</i>	0,2186 (0,66)	-0,0837 (-0,14)	-0,4612 (-2,09)	0,0273 (0,09)	2,7494 (1,9)	1,5786 (1,56)
R Quadrado	0,581	0,094	0,684	0,416	0,543	0,321
R Quadrado Ajustado	0,45	-0,189	0,586	0,234	0,4	0,108
<i>p value</i> (F)	0,01	0,886	0,001	0,096	0,018	0,242
<i>p value</i> (BP)	0,2621	0,4191	0,7876	0,9988	0,399	0,3373

Fonte: Elaboração Própria com base nos resultados obtidos do software STATA.

C₁- Proporção da despesa de consumo em alimentação

De acordo com o coeficiente de determinação (0,850), o ajustamento é bom e o teste F confirma a significância global da regressão ($p\text{-value} = 0,000$). Considerando uma significância de, pelo menos, 5%, as variáveis que se assumem como, individualmente, significativas são a taxa de inflação ($t = -2,33$) e o logaritmo do PIB *per capita* ($t = -5,91$). No contexto, o aumento de 1 ponto percentual na taxa de inflação leva a uma queda de 2,22% na proporção da despesa de consumo em alimentação e o aumento de 1% no rendimento, traduz-se numa redução de 5,07% neste conjunto de bens. Este último resultado não deve ser intuído como uma contradição, pois o que está em causa é a proporção da despesa de consumo em alimentos que, com o aumento do rendimento, pode muito bem aumentar em valor, reduzindo, mesmo assim, em proporção. As despesas em alimentação são, razoavelmente, estáveis, por se assumirem como bens essenciais, portanto, quando os recursos financeiros aumentam, a sua proporção tende a diminuir.

No que respeita à literacia financeira, apesar do seu teste $t = -1,60$, anota-se o facto de se relacionar inversamente com as despesas de consumo em alimentação; o que se pode justificar do ponto de vista de uma alimentação mais criteriosa; ou seja, nem sempre mais é melhor e uma das funções da literacia financeira é, exatamente, alertar para esse facto.

C₂- Proporção da despesa de consumo em transportes

O coeficiente de determinação é baixo (0,450), portanto o ajustamento é fraco. O teste F apenas confirma a significância global se considerarmos um nível de significância de 10% ($p\text{-value} = 0,065$). Em termos de significância individual, e para um nível de 5%, as variáveis que se assumem como, individualmente, significativas são a taxa de desemprego ($t = -2,11$), a taxa de juro a longo prazo ($t = 2,74$) e o logaritmo do PIB *per capita* ($t = 2,78$). De acordo com estas variáveis, um aumento da taxa de desemprego de 1 ponto percentual leva a uma redução de 0,21% na proporção da despesa dirigida ao consumo de transportes. Contrariamente, existe uma relação direta entre taxa de juro de longo prazo e o PIB *per capita* com as despesas de consumo em transporte. Quando a taxa de juro aumenta 1 ponto percentual, a proporção desta despesa aumenta 1,20%; quando um aumento de 1% no PIB *per capita*, leva a um aumento 2,32%,

Apesar da falta de significância individual da literacia financeira ($t = -1,36$), refira-se que o seu coeficiente implicaria que um aumento de 1 ponto percentual nos financeiramente letrados, levaria a uma redução (residual) de 0,05% na proporção da despesa de consumo de transportes.

C₃- Proporção da despesa de consumo em lazer, recreação e cultura

Pelo coeficiente de determinação (0,790) conclui-se que o ajustamento da regressão é bom e o teste F confirma a significância global da regressão ($p\text{-value} = 0,000$). Para um nível de significância de 5%, as variáveis que se assumem como, individualmente, significativas são a literacia financeira ($t = 4,38$), a taxa de juro de longo prazo ($t = -2,06$) e o logaritmo do PIB per capita ($t = -2,91$). Quando a taxa de juro aumenta 1 ponto percentual ou o PIB aumenta 1%, a proporção da despesa de consumo em lazer, cultura e recreação reduz-se em 0,55% ou 1,49%, respetivamente.

No que respeita à literacia financeira, quando o indicador aumenta ponto percentual, a despesa do consumo nestes bens, aumenta 0,11%.

C₄- Proporção da despesa de consumo em bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos

A regressão para esta variável explicada exhibe um ajustamento mau, com o coeficiente de determinação de 0,247 e não é nem globalmente ($p\text{-value} = 0,442$), nem individualmente, significativa.

Apesar de não significativa, refira-se que, se o fosse, dir-se-ia que o aumento de um ponto percentual no indicador de literacia financeira, levaria a uma redução (residual) de 0,03% na proporção da despesa de consumo em bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos.

C₅- Proporção da despesa de consumo em vestuário e calçado

O coeficiente de determinação (0,595) indicia que quase 60% da variação da variável dependente é explicada na regressão, portanto, o ajustamento é bom. O teste F confirma a significância global da regressão ($p\text{-value} = 0,008$). Para uma significância de 5% a literacia financeira ($t = -4,08$), a taxa de inflação ($t = 2,12$) e o logaritmo do PIB *per capita* ($t = 2,02$), são significativos. De acordo com os respetivos coeficientes, quando a taxa de inflação aumenta 1 ponto percentual, a proporção da despesa de consumo em vestuário e calçado aumenta 0,79%. Quando o PIB *per capita* aumenta 1%, o aumento que se verifica na proporção da despesa de consumo nestes bens é de 0,68%.

No que respeita à literacia financeira: um aumento de 1 ponto percentual nesta variável, leva a um decréscimo de 0,07% na proporção destas despesas.

C₆- Proporção da despesa de consumo em contas diárias

De acordo com o coeficiente de determinação (0,641), o ajustamento é bom e o teste F confirma a significância global da regressão ($p\text{-value} = 0,003$). Considerando uma significância de, pelo menos, 5%, só a literacia financeira ($t = 3,13$) é individualmente significativa!

De acordo com o coeficiente estimado, um aumento marginal no seu indicador leva a um aumento de 0,16% na proporção das despesas de consumo em contas do dia-a-dia.

C₇- Proporção da despesa de consumo em mobília, eletrodomésticos e decoração

Pelo coeficiente de determinação (0,581) conclui-se que o ajustamento da regressão é razoável e o teste F confirma a significância global da regressão ($p\text{-value} = 0,010$). Para um nível de significância de 5%, as variáveis que se assumem como, individualmente, significativas são a literacia financeira ($t = -2,59$), e a taxa de juro de longo prazo ($t = -2,08$). Quando a taxa de juro aumenta 1 ponto percentual, a proporção da despesa de consumo em mobília, eletrodomésticos e decoração reduz-se em 0,37%.

No que respeita à literacia financeira, quando o indicador aumenta ponto percentual, a proporção da despesa do consumo nestes bens, reduz-se 0,04%.

C₈- Proporção da despesa de consumo em saúde

A regressão para esta variável explicada exhibe um ajustamento mau, com o coeficiente de determinação de 0,094 e não é nem globalmente ($p\text{-value} = 0,886$), nem individualmente, significativa. A título de explicação, entende-se que existe um consumo de saúde que não exige despesa, e passa pela existência de serviços nacionais de saúde.

Apesar de não significativa, refira-se que, se o fosse, dir-se-ia que o aumento de um ponto percentual no indicador de literacia financeira, levaria a uma redução (residual) de 0,02% na proporção da despesa de consumo em saúde.

C₉- Proporção da despesa de consumo em comunicações

O coeficiente de determinação (0,586) indicia que quase 60% da variação da variável dependente é explicada na regressão, portanto, o ajustamento é bom. O teste F confirma a significância global da regressão ($p\text{-value} = 0,001$). Para uma significância de 5% a literacia financeira ($t = 2,86$), a taxa de inflação ($t = -2,18$) e o logaritmo do PIB *per capita* ($t = -2,09$), são significativos. De acordo com os respetivos coeficientes, quando a taxa de inflação aumenta 1 ponto percentual, a proporção da despesa de consumo em comunicações diminui 0,54%. Quando o PIB *per capita* aumenta 1%, verifica-se a redução da proporção da despesa de consumo em comunicações de 0,46%.

No que respeita à literacia financeira: um aumento de 1 ponto percentual nesta variável, leva a um acréscimo de 0,03% na proporção destas despesas.

C₁₀- Proporção da despesa de consumo em educação

O ajustamento é mau, com o coeficiente de determinação de 0,416 e os coeficientes não são globalmente significativos para um nível de confiança de 5% - sendo-o para os 10% (*p-value* = 0,096). No entanto, nenhuma variável é individualmente significativa.

Tal como se referiu para a saúde, existem muitos serviços de educação que são consumidos sem despesa das famílias, pois o Estado Social proporciona a educação pública.

Apesar de não significativa, refira-se que, se o fosse, dir-se-ia que o aumento de um ponto percentual no indicador de literacia financeira, levaria a um aumento (residual) de 0,005% na proporção da despesa de consumo em educação.

C₁₁- Proporção da despesa de consumo em restauração e hotelaria

O coeficiente de determinação (0,543) é aceitável e o teste F confirma a significância global da regressão (*p-value* = 0,018). Porém, esta significância global resulta, apenas, da significância individual da taxa de desemprego (*t* = 2,84); referindo que, quando aumenta 1 ponto percentual, a proporção da despesa de consumo em restauração e hotelaria aumenta 0,49%.

No que respeita à literacia financeira, se esta fosse significativa, dir-se-ia que um aumento de 1 ponto percentual no indicador, resulta num decréscimo de 0,02% na proporção das despesas em restauração e hotelaria.

C₁₂- Proporção da despesa de consumo em bens e serviços diversos.

A regressão para esta variável explicada exhibe um ajustamento mau, com o coeficiente de determinação de 0,321 e não é nem globalmente (*p-value* = 0,242), nem individualmente, significativa.

Se a literacia financeira fosse significativa, dir-se-ia que um aumento de 1 ponto percentual no indicador, resultaria num decréscimo de 0,01% na proporção das em bens e serviços diversos.

Em suma, a Tabela 9 apresenta, em jeito de balanço, os grupos de despesa que foram, até certo ponto, explicados pelos modelos estimados e os que não foram.

Não se conseguiu uma explicação para:

- C₄: % despesa de consumo em bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos;
- C₈: % despesa de consumo em saúde;

- C_{10} : % despesa de consumo em educação;
- C_{12} : % despesa de consumo em bens e serviços diversos.

e pensa-se que, no caso dos grupos C_4 e C_{12} pelo tipo de bens de consumo que incorporam; e.g., drogas e prostituição respetivamente, podendo existir problemas de captura das despesas reais efetuadas; e no caso dos grupos C_8 e C_{10} , porque muito do consumo em saúde e educação não passa pelo mercado: é proporcionado pelo Estado Social.

No que diz respeito às restantes, conseguiu-se, de facto, capturar uma imagem razoável, especialmente, quando se percebe que o estudo foi efetuado apenas para 1 ano e contém 22 observações. Estamos convencidos de que, com um bom painel de dados, seria possível desenvolver estimativas muito robustas.

De notar que, tudo indica que a variável Literacia Financeira tenha mesmo um papel predominante na definição de padrões e escolhas de consumo, na medida em que surge como significativa em 5 das 8 regressões para as proporções de despesa de consumo que tiveram explicação, nomeadamente:

- C_3 : % despesa de consumo em lazer, recreação e cultura;
- C_5 : % despesa de consumo em vestuário e calçado;
- C_6 : % despesa de consumo em contas diárias;
- C_7 : % despesa de consumo em mobília, eletrodomésticos e decoração;
- C_9 : % despesa de consumo em comunicações.

Sublinhe-se, a este respeito, que nem as taxas de desemprego (2), inflação (3) e juro (3), foram tão transversais às regressões e apenas o PIB *per capita*, uma variável tradicionalmente implicada no consumo (teoricamente, por razões óbvias), atingiu o mesmo número de regressões.

Tabela 9: Proporções da despesa de consumo das famílias explicadas e por explicar pelos modelos de regressão estimados

	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	C11	C12
Literacia Financeira			X		X	X	X		X			
Taxa de Desemprego		X									X	
Taxa de Inflação	X				X				X			
Taxa de juro		X	X				X					
PIB <i>per capita</i>	X	X	X		X				X			

Fonte: Elaboração Própria com base nos resultados obtidos do software STATA

4.2.3.EFEITO DA LITERACIA FINANCEIRA NO CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Terminemos, a análise, com mais uma anotação relevante.

A exaustividade das proporções de despesa de consumo em bens e serviços (no total da despesa de consumo da família) considerados no estudo empírico, permitiu que, após estimadas as regressões, os coeficientes associados a cada uma das variáveis somasse zero; ou seja:

$$\sum_k^{12} \hat{\beta}_k = 0$$

onde $\hat{\beta}_{ik}$ representa as estimativas do coeficiente da k -ésima variável explicativa ($i = 1, \dots, 5$) da i -ésima regressão ($i = 1, \dots, 12$).

Na verdade, a intenção subjacente era a de entender, de que forma se procedia a uma reafecção na despesa relativa nos bens e serviços que constituem o cabaz de consumo das famílias, perante estádios relativos de literacia financeira. Não considerando a significância individual dos coeficientes estimados, a Figura 4 ilustra, de forma cabal, alterações significativas no cabaz de consumo. Estas alterações podem ser encaradas como o comportamento otimizador do consumidor que, mais esclarecido, rearranja as proporções de bens constantes do seu cabaz de consumo.

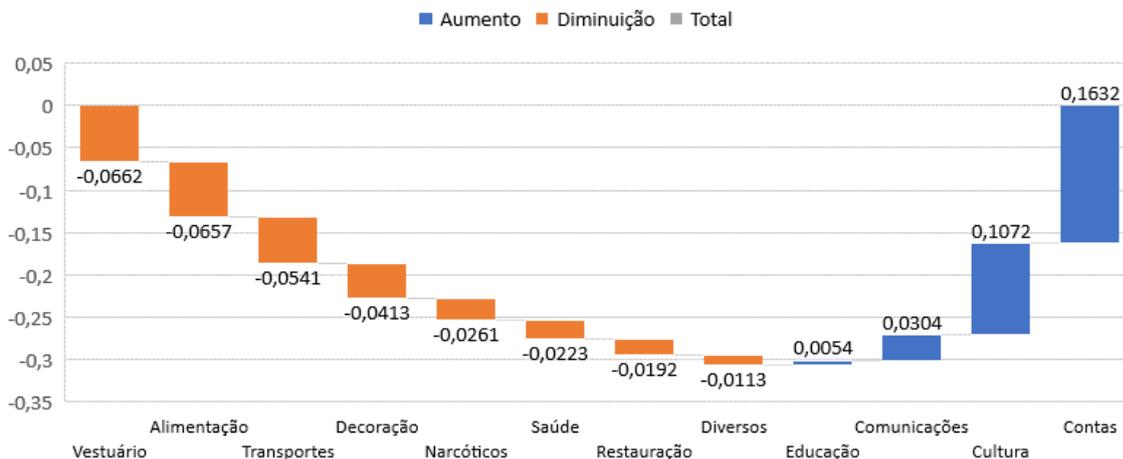


Figura 4. Efeito da literacia financeira no rearranjo das despesas de consumo das famílias; Fonte: Elaboração própria.

5. Conclusões

Esta dissertação teve por objetivo aprofundar o conhecimento existente sobre a literacia financeira, em particular no que respeita ao seu impacto sobre o consumo das famílias. Para o efeito, efetuou-se uma revisão de literatura que nos fez perceber que são vários os estudos sobre literacia financeira, mas que esses estudos divergem consideravelmente no seu objetivo, conceptualização de base e na sua estruturação.

Investigadores, organizações e as pesquisas várias definem e medem a literacia financeira de forma diferente. Então consideramos necessário que se consiga chegar a um consenso no que diz respeito ao conceito de literacia financeira, que seja aceite e usado generalizadamente, e que não nos faça procurar o “mais completo”. É igualmente necessário um debate assíduo sobre o papel da literacia financeira, tendo em conta a dimensão do problema que constitui medir os níveis de literacia, visto que os inúmeros estudos encontrados sobre o tema divergem bastante nos aspetos, métodos e instrumentos utilizados na sua medição.

Cada vez mais é evidente que decisões financeiras erradas e precipitadas afetam o bem-estar individual, bem como podem causar efeitos negativos a todos os que participam no círculo económico e na economia de uma nação. Seguir com atenção as variações e as mudanças nos níveis de literacia financeira é do interesse de cada indivíduo, bem como de educadores, formuladores de políticas económicas, empregadores e investigadores. Uma abordagem mais padronizada para medir literacia financeira permitirá identificar barreiras que colocam em causa o bem-estar financeiro-económico, e da mesma forma irá auxiliar a criação de estudos e consequentes soluções, que originem melhores cenários financeiros e económicos.

A falta de concetualização e de uma medida de uso padronizado e generalizado de literacia financeira afetou significativamente a nossa análise. Vimo-nos obrigados a utilizar uma medida de literacia financeira que apenas nos permitiu realizar um estudo para o ano de 2014, ano a que se refere a pesquisa de Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), uma das pesquisas mais abrangentes, no entanto ainda limitada a 1 ano de análise e quantificação. Não nos foi possível realizar uma investigação tão aprofundada como pretendido, por inexistência de uma difusão periódica de indicadores transnacionais, que permitissem a construção de painéis de dados.

A este problema encontrado e relatado, ainda adicionamos a dificuldade em encontrar, para as variáveis do setor selecionado, observações para alguns países da UE, levando a que considerássemos no nosso estudo apenas 22 países dessa região.

Usámos como medida de consumo, as despesas de consumo das famílias, que não coincide escrupulosamente com o consumo, visto que as famílias beneficiam de bens e serviços para os quais não incorrem em despesa, como podemos constatar nas despesas de saúde e educação, que são proporcionados pelo Estado Social, devendo este facto a ser levado em conta em futuras análises do tema. Dito isto, as variáveis a ser explicadas consistiam nas proporções de consumo das famílias pelos diferentes bens e serviços, terminando a nossa análise de se alargar a 12 variáveis dependentes, distribuídas entre o cabaz de consumo das famílias. Procurámos que estas variáveis fossem explicadas por 5 independentes (Literacia Financeira, Taxa de Desemprego, Taxa de Inflação, Taxa de Juro e PIB *per capita*), cujo fundamento encontrámos na literatura, como em Alexandre et al. (2011) e Guo e N'Diaye (2010). Ressalvando que não encontrámos, na nossa revisão de literatura, nenhum modelo que utilizasse a literacia financeira como variável explicativa.

Previa-se que o consumo das famílias diminuísse com o aumento do nível de literacia financeira das mesmas, por se supor uma relação positiva entre a literacia financeira e a poupança das famílias, como exposto no trabalho, por exemplo, de Bucher-Koenen e Lusardi (2011). Conclui-se que, de facto, tudo aponta para que a Literacia Financeira tenha um papel preponderante na definição de padrões e escolhas dos consumidores, dado que surge como significativa em 5 de 8 regressões, com significância global, para as proporções de despesa de consumo das famílias, nomeadamente, despesa de consumo em: lazer, recreação e cultura; vestuário e calçado; contas diárias; mobília, eletrodomésticos e decoração; e comunicações. E se não levada em conta a significância individual dos coeficientes de literacia financeira estimados, são expressivas as alterações no cabaz de consumo das famílias, fazendo crer que consumidores mais instruídos conseguem otimizar e reajustar as proporções de despesas de consumo do seu cabaz.

Para futuras investigações, sugerimos que se unam esforços para alcançar uma análise com um melhor e mais completo painel de dados, porque se para apenas 1 ano e 22 países conseguimos uma imagem razoável, com melhores instrumentos será de se prever o desenvolvimento de estimativas muito robustas. Finalizamos, escrevendo que face ao panorama apresentado, parece clara a relevância de aumentar a literacia financeira da população, provando-se que ainda muito há por fazer e melhorar nesta área de conhecimento.

Bibliografia

- Adedeji, A. O., & Adegboye, A. A. (2013). The determinants of private consumption spending in Nigeria. *Internal journal of business and economic research*, 2(1).
- Alexandre, F., Conraria, L. A., Bação, P., & Portela, M. (2011). A poupança em Portugal.
- ANZ Bank (2008). ANZ survey of adult financial literacy in Australia.
- Aruoba, S. B., & Schorfheide, F. (2011). Sticky prices versus monetary frictions: An estimation of policy trade-offs. *American Economic Journal: Macroeconomics*, 3(1), 60-90.
- Atkinson, A., & Messy, F. A. (2011). Assessing financial literacy in 12 countries: an OECD/INFE international pilot exercise. *Journal of Pension Economics & Finance*, 10(4), 657-665.
- Atkinson, A., McKay, S., Collard, S., & Kempson, E. (2007). Levels of financial capability in the UK. *Public Money and Management*, 27(1), 29-36.
- Australian Securities and Investments Commission (2003), *Financial Literacy in Schools*, Junho de 2003.
- Banco de Portugal (2011a), Relatório de Supervisão Comportamental 2010. Consultado em 27 de Novembro de 2018, disponível em <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/publicacao/relatorio-de-supervisao-comportamental-2010>
- Banco de Portugal (2011b). Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa, 2010. Consultado em 11 de Outubro de 2017, disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/relatorio_do_inquerito_a_literacia_financeira_da_populacao_portuguesa_2010.pdf
- Banco de Portugal (2016). Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa, 2015. Consultado em 17 de Novembro de 2017, disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/documentos-relacionados/relatorio_do_inquerito_a_literacia_financeira_da_populacao_portuguesa_2015.pdf
- Barro, R. J. (1981). Output effects of government purchases. *Journal of political Economy*, 89(6), 1086-1121.
- Bayar, A., & Mc Morrow, K. (1999). *Determinants of private consumption* (No. 135). Directorate General Economic and Financial Affairs (DG ECFIN), European Commission.
- Beal, D., & Delpachitra, S. (2003). Financial literacy among Australian university students. *Economic Papers: A journal of applied economics and policy*, 22(1), 65-78.
- Bowen, C. F. (2002). Financial knowledge of teens and their parents. *Financial counseling and planning*, 13(2), 93-102.
- Bucher-Koenen, T., & Lusardi, A. (2011). *Financial literacy and retirement planning in Germany* (No. w17110). National Bureau of Economic Research.
- Callingham, R., & Watson, J. M. (2005). Measuring statistical literacy. *Journal of Applied Measurement*, 6(1), 19-47.
- Christelis, D., Jappelli, T., & Padula, M. (2006). *Cognitive abilities and portfolio choice*. CSEF (Centre for Studies in Economics and Finance) (No. 157). Working paper.

- Coalition, J. (2007). National standards in K-12 personal finance education.
- Cole, S., Sampson, T., & Zia, B. (2011). Prices or knowledge? What drives demand for financial services in emerging markets?. *The journal of finance*, 66(6), 1933-1967.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, Banco de Portugal. Disponível em <https://www.bportugal.pt/page/conselho-nacional-de-supervisores-financeiros?mlid=1429>
- Costa, C. (2010), Discurso de tomada de posse do Governador do Banco de Portugal, 7 de Junho de 2010. Consultado em 11 de Outubro de 2017, disponível em <https://www.bportugal.pt/intervencoes/discurso-de-tomada-de-posse-do-governador-do-banco-de-portugal-0>.
- Courchane, M., & Zorn, P. (2005). Consumer literacy and credit worthiness. *Proceedings, Federal Reserve Bank of Chicago*, 3.
- Danes, S. M., & Haberman, H. (2007). Teen financial knowledge, self-efficacy, and behavior: A gendered view. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 18(2).
- De Meza, D., Irlenbusch, B., & Reyniers, D. (2008). Financial capability: A behavioural economics perspective. *Consumer research*, 69, 192-193.
- Emmons, W. R. (2005). Consumer-finance myths and other obstacles to financial literacy. *Louis U. Pub. L. Rev.*, 24, 335.
- European Union. Disponível em <https://europa.eu/>
- Friedman, M. (2018). *Theory of the consumption function*. Princeton university press.
- Graham, P. A. (1980). Whither equality of educational opportunity?. *Daedalus*, 115-132.
- Guo, K., & N'Diaye, P. M. B. (2010). *Determinants of China's private consumption: an international perspective* (No. 10-93). International Monetary Fund.
- Henriques, S. M., da Carneiro, R. M., & Aibéo, M. J. (2010). Aspectos da literacia financeira dos portugueses: um estudo empírico. *Aveiro. Universidade de Aveiro–Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial*.
- Hilgert, M. A., Hogarth, J. M., & Beverly, S. G. (2003). Household financial management: The connection between knowledge and behavior. *Fed. Res. Bull.*, 89, 309.
- Hung, A., Parker, A. M., & Yoong, J. (2009). Defining and measuring financial literacy.
- Huston, S. J. (2009). The concept and measurement of financial literacy: preliminary results from a new survey on financial literacy assessment. Conference Presentation. In *Academy of Financial Services Annual Conference, Anaheim, CA, October* (Vol. 9).
- Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *Journal of consumer affairs*, 44(2), 296-316.
- Jappelli, T. (2010). Economic literacy: An international comparison. *The Economic Journal*, 120(548), F429-F451.
- Kempson, E., Collard, S., & Moore, N. (2006). Measuring financial capability: An exploratory study for the Financial Services Authority. *Consumer financial capability: Empowering European consumers*, 39.
- Keynes, J. M. (2018). *The general theory of employment, interest, and money*. Springer.

- Kim, J. (2001). Financial knowledge and subjective and objective financial well-being. *Consumer Interests Annual*, 47(1), 1-3.
- Kirsch, I., Yamamoto, K., Norris, N., Rock, D., Jungeblut, A., O'Reilly, P., & Baldi, S. (2001). Technical report and data file user's manual for the 1992, National Adult Literacy Survey (NCES-2001-457). *US Department of Education. Washington, DC: National Center for Education Statistics.*
- Klapper, L., Lusardi, A., & Van Oudheusden, P. (2015). Financial literacy around the world. *Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey. Washington: Standard & Poor's.*
- Kuzina, O. (2011). The level of financial literacy of Russians: Before and during the crisis of 2008-2009. *economic sociology_the european electronic newsletter*, 12(2), 27-43.
- Lusardi, A. (2003). Saving and the effectiveness of financial education. *Pension Research Council WP2003-14.*
- Lusardi, A. (2008). *Financial literacy: an essential tool for informed consumer choice?* (No. w14084). National Bureau of Economic Research.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2005). Financial literacy and planning: Implications for retirement wellbeing (Michigan Retirement Research Center Research Paper No. WP 2005-108). *Ann Arbor: Michigan Retirement Research Center.niv.*
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2006). Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing", Pension Research Council Working Paper no. 1. *Philadelphia, PA: The Wharton School, University of Pennsylvania.*
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2007). Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education. *Business economics*, 42(1), 35-44.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2008). Planning and financial literacy: How do women fare?. *American Economic Review*, 98(2), 413-17.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2009). How Ordinary Consumers Make Complex Economic Decisions: Financial Literacy and Retirement Readiness." NBER Working Paper 15350. In *Financial Literacy and Planning: Implications for Retirement Wellbeing," In Financial Literacy: Implications for Retirement Security and the Financial Marketplace. Eds A Lusardi.*
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). *Financial literacy and retirement planning in the United States* (No. w17108). National Bureau of Economic Research.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *Journal of economic literature*, 52(1), 5-44.
- Lusardi, A., & Tufano, P. (2009). *Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness* (No. w14808). National Bureau of Economic Research.
- Lusardi, A., Mitchell, O. S., & Curto, V. (2009). Financial literacy among the young: Evidence and implications for consumer policy. *Pension Research Council WP*, 9.
- Mandell, L. (2008). Financial literacy of high school students. In *Handbook of consumer finance research* (pp. 163-183). Springer, New York, NY.
- Mandell, L., & Hariharan, M. (2004). A Dream of Financial Literacy. *Credit Union Magazine*, 70(1), 21A-21A.

- Mandell, L., & Klein, L. S. (2009). The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 20(1).
- Mendes, V., & Abreu, M. (2006). Cultura financeira dos investidores e diversificação das carteiras.
- Modigliani, F. (1966). The life cycle hypothesis of saving, the demand for wealth and the supply of capital. *Social research*, 160-217.
- Modigliani, F., & Brumberg, R. (1954). Utility analysis and the consumption function: An interpretation of cross-section data. *Franco Modigliani*, 1(1), 388-436.
- Monticone, C. (2010). How much does wealth matter in the acquisition of financial literacy?. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 403-422.
- Moore, D. L. (2003). *Survey of financial literacy in Washington State: Knowledge, behavior, attitudes, and experiences*. Washington State Department of Financial Institutions.
- Moore, D. L. (2003). *Survey of financial literacy in Washington State: Knowledge, behavior, attitudes, and experiences*. Washington State Department of Financial Institutions.
- Nicolini, G., Cude, B. J., & Chatterjee, S. (2013). Financial literacy: A comparative study across four countries. *International Journal of Consumer Studies*, 37(6), 689-705.
- Noctor, M., Stoney, S., & Stradling, R. (1992). Financial literacy: a discussion of concepts and competences of financial literacy and opportunities for its introduction into young people's learning. *National Foundation for Educational Research*.
- Nogueira, H. M. F. (2011). *Nível de literacia financeira dos portugueses: medição através de um índice e principais determinantes* (Doctoral dissertation).
- OCDE (2005). Publishing. *Improving financial literacy: Analysis of issues and policies*. Organisation for Economic Co-operation and Development. Paris.
- OECD Database. Disponível em <https://stats.oecd.org/>
- Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD). (2015). OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion.
- Perry, V. G. (2008). Is ignorance bliss? Consumer accuracy in judgments about credit ratings. *Journal of Consumer Affairs*, 42(2), 189-205.
- PORDATA. Disponível em <https://www.pordata.pt/>
- President's Advisory Council on Financial Literacy (PACFL) (2008). 2008 Annual report to the President. Consultado em 19 de Setembro de 2018, disponível em https://www.academia.edu/6708140/Presidents_Advisory_Council_on_Financial_Literacy_2008_Annual_Report_to_the_President
- Remund, D. L. (2010). Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *Journal of consumer affairs*, 44(2), 276-295.
- Rutledge, S. L. (2010). *Consumer protection and financial literacy: lessons from nine country studies*. The World Bank.
- Santos, E., & Abreu, M. (2013). Financial literacy, financial behaviour and individuals' over-indebtedness.

- Santos, V. B. M. (2010). *Determinantes da literacia financeira dos portugueses face às opções de crédito* (Doctoral dissertation, FEUC).
- Sayinzoga, A., Bulte, E. H., & Lensink, R. (2016). Financial literacy and financial behaviour: Experimental evidence from rural Rwanda. *The economic journal*, 126(594), 1571-1599.
- Schagen, S., & Lines, A. (1996). *Financial literacy in adult life: a report to the Natwest Group Charitable Trust* (pp. 36-45). NFER.
- Servon, L. J., & Kaestner, R. (2008). Consumer financial literacy and the impact of online banking on the financial behavior of lower-income bank customers. *Journal of Consumer Affairs*, 42(2), 271-305.
- The Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey. GFLEC. Disponível em <https://gflec.org///initiatives/sp-global-finlit-survey/>
- The World Bank Group Database. Disponível em <https://data.worldbank.org/>
- Van Rooij, M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2011). Financial literacy and stock market participation. *Journal of Financial Economics*, 101(2), 449-472.
- Vitt, L. A., Anderson, C., Kent, J., Lyter, D. M., Siegenthaler, J. K., & Ward, J. (2000). Personal finance and the rush to competence: Financial literacy education in the US Washington. *DC: Fannie Mae Foundation*.
- Wecker, C., Kohnle, C., & Fischer, F. (2007). Computer literacy and inquiry learning: When geeks learn less. *Journal of computer assisted learning*, 23(2), 133-144.
- Worthington, A. C. (2006). Predicting financial literacy in Australia.

Anexos

Anexo 1

“Na Pesquisa Global de Literacia Financeira da S&P, as questões de literacia financeira que medem os quatro conceitos fundamentais considerados para tomar decisões financeiras – numeracia básica, composição de juros, inflação e diversificação do risco – são as seguintes. (As opções de resposta estão entre os parêntesis retos, com a resposta correta destacada a negrito.)

DIVERSIFICAÇÃO DO RISCO

Suponha que tem algum dinheiro. É mais seguro investir o seu dinheiro num negócio ou num investimento, ou investir em vários negócios ou investimentos? [um negócio ou investimento; **múltiplos negócios ou investimentos**; não sabe; recusou-se a responder]

INFLAÇÃO

Suponha que, nos próximos 10 anos, os preços das coisas que compra dupliquem. Se o seu rendimento também duplicar, poderá comprar menos do que pode comprar hoje, o mesmo que pode comprar hoje ou mais do que pode comprar hoje? [Menos; **o mesmo**; Mais; não sabe; recusou-se a responder]

NUMERACIA

Suponha que precisa emprestar 100 dólares americanos. Qual é o valor mais baixo a ser pago: 105 dólares ou 100 dólares mais três por cento? [105 dólares americanos; **100 dólares americanos mais três por cento**; não sabe; recusou-se a responder]

JUROS COMPOSTOS

Suponha que coloca dinheiro no banco por dois anos e o banco concorda em adicionar 15% por ano à sua conta. O banco adicionará mais dinheiro à sua conta no segundo ano do que no primeiro ano ou adicionará a mesma quantidade de dinheiro nos dois anos? [**Mais**; o mesmo; não sabe; recusou-se a responder]

Suponha que tem 100 dólares americanos numa conta poupança e o banco adiciona 10% por ano à conta. Quanto dinheiro teria na conta depois de cinco anos se não removesse dinheiro da conta? [**mais de 150 dólares**; exatamente 150 dólares; menos de 150 dólares; não sabe; recusou-se a responder]”

Anexo 2

Literacia Financeira: Qual a percentagem Economia por Economia. Ano 2014.

País	% Lit.Fin	País	% Lit.Fin	País	% Lit.Fin	País	% Lit.Fin
Noruega	71	Kuwait	44	Costa do Marfim	35	Nigéria	26
Dinamarca	71	Japão	43	Brasil	35	Portugal	26
Suécia	71	Hong Kong SAR,China	43	Chipre	35	Ruanda	26
Israel	68	Polónia	42	Uganda	34	Guatemala	26
Canadá	68	África do Sul	42	Coreia	33	Venezuela	25
Reino Unido	67	Chile	42	Mali	33	Filipinas	25
Holanda	66	Zimbabué	42	Mauritânia	33	Cisjordânia e Gaza	25
Alemanha	66	Turquemenistão	41	Argélia	33	Burundi	24
Austrália	64	Mongólia	41	Jamaica	33	Vietnam	24
Finlândia	63	Zâmbia	40	Burkina Faso	33	Bolívia	24
Nova Zelândia	61	Tanzânia	40	Belize	33	Turquia	24
Singapura	59	Ucrânia	40	Colômbia	32	Índia	24
República Checa	58	Cazaquistão	40	Indonésia	32	Jordânia	24
Estados Unidos	57	Senegal	40	Porto Rico	32	Honduras	23
Suíça	57	Barém	40	Etiópia	32	Roménia	22
Bélgica	55	Lituânia	39	Rep.Demo. Congo	32	Macedónia	21
Irlanda	55	Maurícia	39	México	32	Usbequistão	21
Estónia	54	EmiradosÁrabesUnidos	38	Gana	32	El Salvador	21
Hungria	54	Federação Russa	38	Níger	31	Serra Leoa	21
Butão	54	Quénia	38	Arábia Saudita	31	Sudão	21
Luxemburgo	53	Sérvia	38	República do Congo	31	Irão, Rep. Islâmica	20
Áustria	53	Togo	38	Guiné	30	Kosovo	20
Botsuana	52	Madagáscar	38	Equador	30	Nicarágua	20
Myanmar	52	Camarões	38	Geórgia	30	Bangladesh	19
França	52	Bielorrússia	38	China	28	Rep. Quirguizistão	19
Espanha	49	Benim	37	Argentina	28	Camboja	18
Letónia	48	Itália	37	Perú	28	Nepal	18
Montenegro	48	Taiwan, China	37	Egito, Rep. Árábica	27	Arménia	18
Eslováquia	48	Azerbaijão	36	Tailândia	27	Haiti	18
Grécia	45	Malásia	36	Moldávia	27	Tajiquistão	17
Uruguai	45	Sri Lanka	35	Bósnia e Herzegovina	27	Angola	15
Tunísia	45	República Dominicana	35	Iraque	27	Somália	15
Libano	44	Costa Rica	35	Namíbia	27	Afeganistão	14
Malta	44	Malawi	35	Panamá	27	Albânia	14
Croácia	44	Gabão	35	Paquistão	26	República Iémen	13
Eslovénia	44	Bulgária	35	Chade	26		

Fonte: Elaboração própria, baseada em Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015).